

Os
Impasses Sociais
Sucessão Hereditária
Agricultura Familiar

*Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
de Santa Catarina/Epagri*

*Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades
CPPP/Epagri*

*Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA*

*Secretaria da Agricultura Familiar
SAF*

*Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEAD*

2001

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Raul Belens Jungmann Pinto

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

José Abrão

Secretário-Executivo

Francisco Orlando Costa Muniz

Secretário Nacional de Reforma Agrária

Gilson Alceu Bittencourt

Secretário de Agricultura Familiar

Sebastião Azevedo

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

José Eli da Veiga

Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Juarez Rubens Brandão Lopes

Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Edson Teófilo

Coordenador-Executivo do

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Esperidião Amin Helou Filho

Governador do Estado de Santa Catarina

Odacir Zonta

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

Dionísio Bressan Lemos

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e

Extensão Rural de Santa Catarina/Epagri

Celso Antônio Dal Piva

Gerente Regional da Epagri de Chapecó

Nelson Cortina

Chefe do CPPP/Epagri de Chapecó

OS Impasses Sociais Sucessão Hereditária Agricultura Familiar

Milton Luiz Silvestro
Ricardo Abramovay
Márcio Antonio de Mello
Clovis Dorigon
Ivan Tadeu Baldissera

Coordenador
Ricardo Abramovay

Prefácio de
José de Souza Martins





Edição

Intertexto – Gestão da Informação, Estudos e Projetos

SCS · Quadra 6 · Bloco "A"

Edifício Presidente · salas 305/307/309

Tel.: (61) 321-3363

Fax.: (61) 223-5702

e-mail: diretoria@intelecto.net

www.intelecto.net

Ficha Catalográfica

Silvestro, Milton Luiz *et alii*.

Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar / Milton Luiz Silvestro *et alii*, Florianópolis : Epagri; Brasília : Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001

120 p.

1. Agricultura. 2. Agricultura Familiar. 3. Juventude Rural I. Silvestro, Milton Luiz. II. Abramovay, Ricardo. III. Mello, Márcio Antonio. IV. Dorigon, Clovis. V. Baldissera, Ivan Tadeu. VI. Título.

CDU 630

631

Prefácio

Engolida pela peleja político-partidária que a distorce, a questão agrária no Brasil tem vários dos seus aspectos fundamentais e mais dramáticos relegados a um plano secundário e, não raro, completamente ignorados. Hoje, no debate político mais aceso e mais visível, estamos muito mais em face de impugnadores da política agrária do que de defensores da reforma agrária e de políticas sociais que abram ou consolidem uma alternativa de vida e alternativa histórica para as populações que associam seu destino tanto ao mundo agrícola quanto ao mundo rural que com ele não se confunde necessariamente.

Os autores e agentes de políticas públicas, no entanto, se defrontam com aspectos dos problemas sociais que não se reduzem aos termos do código fácil das soluções tagarelas e de bolso. São problemas complicados, mas que podem ser decididos até com facili-

dade por meio de vontade política, com base na informação sociológica e econômica fundamentada, no conhecimento objetivo da natureza dos problemas e dificuldades, da concepção que deles tem quem por eles é vitimado e das alternativas que sua realidade, suas possibilidades e sua visão de mundo abrem para adoção de políticas apropriadas e conseqüentes.

Esta monografia responde a essa necessidade de informação e compreensão de um dos problemas mais desdenhados da circunstância social das populações do campo: os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Esse problema constitui uma das conseqüências da dinâmica fundiária concentracionista do nosso sistema fundiário, que pede uma política continuada, corajosa e persistente de correção e revisão.

Se, de um lado, a agricultura familiar é uma realidade nas várias regiões do país, mais expressiva aqui, menos expressiva ali, o regime de propriedade constituído historicamente a partir da valorização do latifúndio conspira todo o tempo para privar de terras e de meios a família rural e seu mundo.

Desde a inauguração do regime de propriedade da terra que tem vigência entre nós, em 1850, tem o Estado procurado assegurar que, paralelamente ao que então se chamava de grande lavoura, houvesse também espaço para a pequena agricultura comercial das famílias que quisessem e pudessem trabalhar por conta própria. Mas, a centralidade da grande lavoura, da grande propriedade durante muito tempo voltada para a



agricultura de exportação, dominou o sistema econômico e o próprio sistema político, transformando a agricultura familiar numa economia residual condenada a gravitar em torno dos seus interesses.

Apenas nos últimos anos a agricultura familiar vem se tornando de fato protagonista de políticas públicas, de interesse social e econômico e, mesmo, de alternativa a uma economia que, aceleradamente em modernização, exclui parcelas importantes da população, que se tornaram retardatárias da História e do desenvolvimento econômico e social. Esse protagonismo resulta em parte dos movimentos sociais rurais e da ação das organizações partidárias que os engolfaram em seus projetos políticos. Menos porque a agricultura familiar esteja de fato no centro desses projetos, pois esses grupos, nem sempre de maneira clara, tem se orientado mais em favor de propostas de coletivização da agricultura inspiradas em experiências de reconhecido anacronismo. E mais porque a combatividade que se desenvolveu em torno da questão da propriedade fundiária tem levado outros setores da sociedade e o próprio Estado a se impor a urgência de ajustar o mundo rural ao mundo moderno e a desenvolver políticas que assegurem um lugar participativo e economicamente inovador aos remanescentes das populações que não foram engolidas pelo desenvolvimento urbano e industrial.

A compreensão das condições dessa alternativa deve muito à pesquisa científica que se desenvolve nas universidades e nas instituições especializadas.

Este trabalho é um dos excelentes resultados desse labor paciente de indagação, verificação e compreensão dos impasses próprios da situação a que me refiro. Seus autores fizeram uma pesquisa sociológica, cujos resultados aqui apresentam, numa das regiões mais características das tradições da agricultura familiar, o oeste de Santa Catarina, mesmo assim uma região de crise social.

Seu trabalho apresenta resultados esclarecedores a respeito do que se poderia chamar de destino das novas gerações no mundo rural e o próprio destino da agricultura familiar. De um lado, mais de dez por cento das famílias hoje dedicadas a essa agricultura não tem sucessores. Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que essas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

De outro lado, os jovens que estão sendo descartados por essas transformações são os que tendem a estar em níveis inferiores de educação escolar, condenados, de certo, modo, à participação em oportunidades de trabalho precárias fora do mundo que os educou. Não obstante, são dotados de um saber, aprendido ao longo da vida, desde a infância, como é próprio do campo, que faz deles profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar.



Portanto, a migração representa nesses casos a destruição de um capital social que poderia ser vital para a reinserção das novas gerações nesse modelo de economia e em condições de vida potencialmente superiores às que encontrariam nos lugares para onde migrassem. Comparando pais e filhos com melhores rendimentos e pais e filhos com menores rendimentos, fica evidente que no primeiro caso a alternativa de ficar é sua opção e opção viável. No segundo caso, ficar dependeria de providências políticas que assegurassem terra e crédito. Em todos os casos, mostram os autores, a providência seria a de aperfeiçoar e expandir políticas públicas que de alguma forma garantissem o acesso à terra na extensão e na qualidade apropriadas e assegurassem os recursos apropriados à habitação e à produção.

Os autores deste trabalho dão uma contribuição de grande importância não só para a adoção, expansão e aperfeiçoamento de políticas públicas apropriadas à melhora das condições de vida no meio rural e, portanto, para incremento de um efetivo programa de desenvolvimento social no campo. Eles também nos oferecem um trabalho essencial à modificação da perspectiva que marca os interesses dos acadêmicos e a ação dos técnicos e educadores em relação ao campo. Eles nos ensinam que na roça há uma possibilidade de destino e de inserção ativa e participativa no mundo moderno para as novas gerações.

José de Souza Martins

Universidade de São Paulo

Sumário

Lista de Tabelas	13
Lista de Figuras	15
Agradecimentos	17
1. Apresentação	19
De Santa Catarina para o Boi de Prata	24
A região oeste catarinense	32
Capitalizados, em Transição e Descapitalizados	35
2. As expectativas profissionais dos jovens	41
2.1. Opção ou fatalidade?	41
2.2. Alguns determinantes da escolha profissional	48
a) A importância da educação	48
b) Influência familiar e diferenciação social	56
c) Pobreza e estreitamento das relações sociais	59
A moradia de uma família de agricultores descapitalizados	61
3. Preparando a sucessão	63
3.1. Quem fica?	64
3.2. A compensação dos outros herdeiros	68
3.3. O momento da transferência: o fim do <i>padre padrone</i>	70
3.4. O viés de gênero nos processos sucessórios	83
3.5. O interesse pela terra	88
3.6. Sucessão e renda não-agrícola	94

Conclusões	103
Proposição de Políticas	107
a) Reordenamento fundiário	108
b) Educação e formação profissional	109
c) Capacitação profissional	112
d) Programa de moradia no meio rural	113
e) Criação de novas oportunidades de renda	114
Referências Bibliográficas	117

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Futuro profissional "desejado" pelos rapazes (%)	42
Tabela 2 - Opinião dos rapazes quanto ao seu provável futuro profissional (%)	42
Tabela 3 - Futuro profissional desejado pelas moças (%)	43
Tabela 4 - Opinião das moças quanto ao seu provável futuro profissional (%)	43
Tabela 5 - Opinião dos rapazes quanto ao seu futuro como agricultor (%)	44
Tabela 6 - Questão dirigida aos rapazes: Considerando o seu grau de instrução onde você acha que tem as melhores oportunidades (%)	46
Tabela 7 - Questão dirigida às moças: Considerando o seu grau de instrução onde você acha que tem as melhores oportunidades (%)	47
Tabela 8 - Grau de instrução dos filhos de agricultores familiares com idade entre 7 e 29 anos nos municípios pesquisados - em valores absolutos	50
Tabela 9 - Nível de escolaridade dos jovens ao sair da propriedade paterna segundo o local de destino (%)	51
Tabela 10 - Nível educacional dos jovens que saíram da propriedade paterna e permaneceram no meio rural (%)	52
Tabela 11 - Nível educacional dos jovens ao deixar a propriedade paterna em direção à cidade (%)	53

Tabela 12 - Objetivo principal que determinou a saída dos jovens para o meio urbano (%)	53
Tabela 13 - Nível educacional e idade média dos jovens entrevistados	55
Tabela 14 - Opinião dos rapazes quanto ao nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor (%)	55
Tabela 15 - Questão dirigida aos pais: Você estimula seus(suas) filhos(as) a serem agricultores(as) (%)	57
Tabela 16 - Em que condições os rapazes aceitariam ser agricultor fora da região oeste de Santa Catarina (%)	58
Tabela 17 - Quem ficará na propriedade na opinião dos pais, filhos e filhas (%)	65
Tabela 18 - Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na opinião dos pais, filhos e filhas (%)	66
Tabela 19 - Quem participou da escolha do sucessor na opinião dos pais, filhos e filhas (%)	67
Tabela 20 - Questão dirigida aos rapazes: Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos (%)	68
Tabela 21 - Questão dirigida às moças: Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos (%)	69
Tabela 22 - Questão dirigida aos pais: Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade (%)	70
Tabela 23 - Questão dirigida aos rapazes: Na sua opinião em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade (%)	71
Tabela 24 - Questão dirigida às moças: Na sua opinião em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade (%)	73
Tabela 25 - Questão dirigida aos rapazes: Diante de uma nova idéia que você faça para a organização da propriedade, qual a reação dos seus pais (%)	74
Tabela 26 - Questão dirigida às moças: Diante de uma nova idéia que você faça para a organização da propriedade, qual a reação dos seus pais (%)	74
Tabela 27 - Questão dirigida aos rapazes: Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade (%)	76

Tabela 28 - Questão dirigida às moças: Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade (%)	76
Tabela 29 - Nível de participação dos rapazes nas decisões da propriedade (%)	77
Tabela 30 - Nível de participação das moças nas decisões da propriedade (%)	78
Tabela 31 - Questão dirigida aos pais: Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na unidade familiar (%)	79
Tabela 32 - Questão dirigida às moças: Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro (%)	80
Tabela 33 - Questão dirigida aos rapazes: Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro (%)	80
Tabela 34 - Questão dirigida aos rapazes: Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro (%)	81
Tabela 35 - Questão dirigida às moças: Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro (%)	82
Tabela 36 - Opinião dos pais quanto à possibilidade das filhas serem as sucessoras (%)	84
Tabela 37 - Opinião das moças quanto à possibilidade delas serem sucessoras (%)	84
Tabela 38 - Atribuições das moças na propriedade (%)	85
Tabela 39 - Questão dirigida aos rapazes: Se você tivesse recursos disponíveis onde aplicaria primeiro (%)	86
Tabela 40 - Questão dirigida às moças: Se você tivesse recursos disponíveis onde aplicaria primeiro (%)	86
Tabela 41 - Questão dirigida aos rapazes: Fora de um programa adequado para instalação de jovens agricultores você acha que há condições de se viabilizar na agricultura (%)	87
Tabela 42 - Questão dirigida às moças: Fora de um programa adequado para instalação de jovens agricultores você acha que há condições de se viabilizar na agricultura (%)	88
Tabela 43 - Questão dirigida aos pais: Vocês teriam interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar seus filhos na agricultura (%)	89
Tabela 44 - Questão dirigida aos pais: Vocês teriam interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)	89

Tabela 45 - Questão dirigida aos rapazes: Você tem interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)	90
Tabela 46 - Questão dirigida às filhas: Você tem interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar-se como agricultora (%)	91
Tabela 47 - Questão dirigida às filhas: Você tem interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)	91
Tabela 48 - Questão dirigida aos pais: Em relação à terra para os(as) filhos(as) (%)	92
Tabela 49 - Opinião dos filhos sobre a quantidade e a qualidade da terra (%)	93
Tabela 50 - Opinião das filhas sobre a quantidade e a qualidade da terra (%)	94
Tabela 51 - Origem da renda agrícola das propriedades (%)	96
Tabela 52- Questão dirigida aos pais: Qual a participação da aposentadoria rural na renda total da propriedade (%)	98
Tabela 53 - Questão dirigida aos pais: Quantas pessoas moram na propriedade e trabalham fora (%)	99

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com destaque para a região oeste catarinense e os municípios onde foi realizada a pesquisa	34
Figura 2 - Vista parcial de uma propriedade capitalizada	37
Figura 3 - Vista parcial de uma propriedade em transição	37
Figura 4 - Vista parcial de uma propriedade descapitalizada	38
Figura 5 - Moradia de uma propriedade descapitalizada	62

Agradecimentos

Agradecemos em primeiro lugar, e de forma especial, aos agricultores e suas famílias onde realizamos os trabalhos de pesquisa. Embora muitas vezes o tema de nossa pesquisa, nos tenha obrigado a invadir sua privacidade, sempre fomos recebidos de forma amável e gentil. São os agricultores familiares a razão primeira deste trabalho de pesquisa e de toda a nossa atuação profissional. Esperamos que as proposições aqui apresentadas possam se converter em políticas efetivas em seu apoio e fortalecimento.

Somos gratos ao colega Edson Siminski, da Epagri de Concórdia, que de forma prestativa nos forneceu informações a respeito dos diagnósticos socioeconômicos municipais que foram coordenados pela Epagri regional de Concórdia. Essas informações foram fundamentais para que pudéssemos identificar o

nosso universo de pesquisa. Agradecemos também a sua colaboração na análise preliminar dos dados.

Às equipes de extensionistas locais e aos técnicos das secretarias municipais de agricultura dos dez municípios onde realizamos a pesquisa. Muitos deles nos auxiliaram na aplicação dos questionários juntos às famílias dos agricultores. Sua solicitude facilitou enormemente nosso acesso às propriedades selecionadas para a pesquisa.

Ao professor Wilson Schmidt, a Gilson Bittencourt e a Leandro do Prado Wildner pela leitura crítica e contribuições ao texto. Lembrando sempre, como é de praxe, que o conteúdo deste trabalho e seus equívocos remanescente são de inteira responsabilidade dos autores.

Por último, mas não menos importante, agradecemos à Epagri e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – Pronaf pela valorização do tema pesquisado e pelo apoio financeiro proporcionado.



1. Apresentação

I

A sociedade brasileira não tem sido capaz de tirar partido de novas oportunidades de acesso à terra trazidas por mudanças demográficas fundamentais em seu meio rural. Embora um pouco mais tarde e num ritmo menos acelerado que nas cidades, o tamanho das famílias rurais diminuiu de maneira nítida, nos últimos anos. A consequência é o aparecimento – fundamentalmente nas regiões marcadas historicamente por maior democratização do acesso à terra – de um problema típico dos países desenvolvidos, em particular das sociedades europeias: a crescente quantidade de unidades produtivas cujo destino está comprometido pela falta de sucessores. Chega a, no mínimo, 12% a proporção de estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina habitados

por casais com mais de 41 anos de idade e sem o registro da presença permanente de jovens em seu interior, segundo pesquisa realizada pela Epagri (1999)¹ em dez municípios da região e na qual se apoiam os dados do presente trabalho. Isso significa que a continuidade profissional de 9,2 mil dos 77 mil estabelecimentos familiares da região – considerando que os dez municípios estudados são bastante representativos - encontra-se ameaçada. Uma vez que além destas unidades sem sucessores, em outras 17% existe apenas um filho (rapaz ou moça) residindo com os pais, a proporção de 12% de imóveis sem sucessores pode estar subestimada.

Mas por que razão e em que sentido é possível falar de um problema sucessório? Sob o ângulo econômico, a ausência de sucessores² significa o encontro, por parte dos filhos que deixaram o negócio familiar, de oportunidades mais promissoras de geração de renda, na esmagadora maioria dos casos fora do meio

¹ Trata-se de um Censo Agropecuário realizado numa parceria entre a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e o Icepta (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina), em 17 municípios do oeste catarinense onde foram levantadas informações econômicas, sociais e dos sistemas de produção de 15.293 estabelecimentos agropecuários, sobre cuja base calculou-se a amostra desta pesquisa.

² Claro que existe a possibilidade de volta para a propriedade de indivíduos que saíram em busca de outras oportunidades de organização de suas vidas. Além disso, é possível que, em alguns casos, a migração temporária tenha sido tomada por ausência permanente do jovem na propriedade. Somente um estudo mais detalhado das informações do Censo Demográfico de 2000 permitirá saber qual a importância da migração de retorno especificamente para o meio rural. Mas as informações de campo não parecem mostrar que se trate de um fenômeno de grandes proporções, que sirva de contrapeso para a tendência aqui exposta.



rural. Nada melhor, nestas condições, do que deixar ao próprio mercado de terras a incumbência de encontrar os agentes econômicos capazes de valorizar os imóveis que estarão disponíveis por força do próprio envelhecimento de seus titulares e pela falta de candidatos familiares a sua exploração.

De fato, caso houvesse perfeição no mercado de terras, seria muito difícil justificar que regiões cuja paisagem social não é dominada pelo latifúndio, fossem objeto de políticas fundiárias. Mas podem ser apontados ao menos dois importantes limites dos mecanismos espontâneos de compra e venda de terra em regiões marcadas historicamente pela força da agricultura familiar. O primeiro representa um dos mais importantes resultados da pesquisa aqui levada adiante: nada menos que 69% dos rapazes entrevistados – mas uma quantidade bem menor de moças, somente um terço delas - manifestaram o desejo de organizar suas vidas profissionais em torno da gestão de uma unidade produtiva agropecuária. São jovens que adquiriram experiência de gestão do negócio familiar, que conhecem as principais técnicas produtivas e os mais importantes canais de obtenção de financiamentos e acesso aos mercados. O impressionante déficit educacional que os caracteriza – sobretudo aos rapazes que já saíram da escola - torna este conjunto de conhecimentos tácitos e não formais um importante ativo para a geração de renda. A intenção de continuar a profissão paterna choca-se, entretanto, na maioria

dos casos, contra a exigüidade do tamanho da unidade familiar. A dinâmica espontânea dos processos sucessórios impedirá a realização dos potenciais produtivos embutidos nos conhecimentos de imensa quantidade de jovens que terão poucas oportunidades de integração nos mercados de trabalho urbano (ver Box I) e que gostariam de se dedicar à gestão de um estabelecimento agropecuário. Em outras palavras, o mercado de terras não será capaz de juntar as duas pontas da questão sucessória na agricultura familiar: a oferta de terras por parte da população em processo de envelhecimento - e cujos filhos encontraram outras oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva - não é absorvida pela demanda vinda de jovens com desejo e capacidade de se instalar e permanecer na profissão paterna. É necessário uma inovação na política fundiária brasileira que abra o caminho para que milhares de jovens agricultores possam realizar suas vocações e desejos profissionais.

O segundo limite do mercado de terras em regiões de predomínio da agricultura familiar refere-se a uma externalidade positiva que ele é incapaz de contemplar. Imóveis sem sucessores acabam sendo vendidos a pessoas que incorporam a terra como um dos ativos de suas carteiras de negócios. Na maioria das vezes, profissionais liberais adquirem o estabelecimento e nele desenvolvem criação extensiva de gado de corte. A geração de riqueza que daí se origina tem como contrapartida uma dupla destruição: dos equipamen-



tos residenciais e produtivos previamente existentes na propriedade (casa, chiqueiro etc.) e, sobretudo, de um conjunto de equipamentos e serviços coletivos³ que não encontram mais utilização em virtude do esvaziamento populacional. A própria paisagem é descaracterizada neste processo.

O mercado de terras não contabiliza em suas operações o valor do tecido social, da rede de relações existentes no meio rural que se extingue quando agricultores familiares são substituídos por unidades pertencentes a proprietários que ali não residem. Os estudos mais importantes na área de sociologia e economia das instituições nos últimos dez anos vêm mostrando que os vínculos de proximidade e as relações de confiança por eles gerados podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento (Abramovay, 2000). É exatamente isso que se perde quando se assiste de maneira passiva ao esvaziamento demográfico, econômico, cultural e político das regiões de predomínio da agricultura familiar. Em algumas regiões, sobretudo na Europa, a preocupação com o esvaziamento de algumas áreas rurais tem ensejado esforços no sentido de atrair empresas e famílias jovens com o objetivo de diminuir e reverter o envelhecimento da população autóctone (Dirven, 2000, Farinelli, 2001).

³ Escolas, centros comunitários, igrejas, quadras de esporte, salão de festa, estradas e outros.

(Box 1) De Santa Catarina para o Boi de Prata

É do oeste de Santa Catarina que se origina uma considerável quantidade de jovens trabalhando hoje em redes de churrasarias e lanchonetes nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Trata-se de migração altamente organizada: somente as duas maiores agências voltadas a esta atividade, localizadas em São Miguel do Oeste e Guaraciaba, colocaram nada menos que 700 jovens, na sua grande maioria rapazes, em São Paulo e no Rio de Janeiro durante o ano 2000. Mas as perspectivas deste tipo de migração parecem hoje menos promissoras do que já foram, segundo entrevistas com os responsáveis por estas agências. Os salários reduziram-se e as condições de trabalho e moradia para os jovens que chegam aos grandes centros tornaram-se especialmente precárias. As agências locais informam que hoje respondem menos a uma demanda – claramente declinante – vinda das regiões metropolitanas que à colocação de moças como empregadas domésticas no próprio oeste de Santa Catarina. As informações agregadas sobre o padrão recente de crescimento da ocupação corroboram a idéia de precariedade e insegurança, cuja influência na decisão migratória é decisiva: dos 936 mil novos postos de trabalho gerados entre agosto de 1999 e agosto de 2000, apenas 18,4% correspondem a empregos com carteira assinada,



segundo informação do Ministério do Trabalho e do Ipea. A proporção de autônomos é de 16,8% e a de empregadores de 3,4% (Cavalcanti, 2000). Ao menos dois terços destas ocupações caracterizam-se por informalidade, o que, sobretudo para jovens migrantes recém-chegados, significa, com frequência, condições degradantes de vida.

II

Não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continuam a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão. Nos Estados Unidos e no Canadá é cinco vezes mais provável que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que um negócio não agrícola (Taylor *et alii* 1998:553). Na França, em 1953, originavam-se no meio rural 85% dos agricultores; em 1985, este era ainda o caso de 90% deles (Champagne, 1986). Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem na atividade de seus ancestrais (Gasson & Errington, 1993:184).

Além disso, nos países capitalistas centrais, não só o patrimônio, mas também a gestão e a maior parte do trabalho agropecuário vêm fundamentalmente da

família. Em grande parte dos países europeus é bem mais freqüente que um assalariado agrícola trabalhe em diversas unidades produtivas que a situação em que um estabelecimento reúna uma quantidade apreciável de assalariados. A organização da agricultura contemporânea fere duas importantes premissas consideradas por Max Weber (1905/1999:8) como essenciais à formação do capitalismo. Em primeiro lugar, a maior parte da agricultura contemporânea não se apóia na separação entre negócio e família. Além disso, o local de residência, na maior parte das vezes, se confunde com o local de trabalho. Em que pese a estrutura bimodal da agricultura brasileira, hoje já é reconhecida a importância social, econômica e territorial das unidades de produção familiar.

Existe não só considerável literatura, mas um vasto arsenal de aconselhamentos quanto aos processos sucessórios em empresas familiares dotadas de patrimônios significativos. A gestão profissionalizada e o afastamento dos membros da família dos postos executivos têm sido a tônica dos últimos anos, em franco contraste com os padrões vigentes na formação histórica do capitalismo brasileiro (Bernhoeft, 1999).

Os negócios onde não só a propriedade, mas também a gestão e o trabalho, pertencem à família não recebem a atenção dos especialistas exatamente por excluírem a forma de profissionalização característica das empresas patronais. O patrimônio envolvido nestas empresas justifica a mobilização privada de um corpo específico de consultores. Já na agricultura fa-



miliar, a sucessão aparece como tema de foro íntimo diante do qual as famílias tomam decisões sem qualquer tipo de orientação profissional. A dimensão de cada negócio não permite um corpo de assessores voltados a esta finalidade. Mas tanto a quantidade de unidades familiares no campo, como a relação entre o destino da ocupação social no meio rural e os processos sucessórios, deveriam ser razões suficientes para que as organizações que lutam pela valorização do interior do país se debruçassem sobre o assunto. Enquanto os processos sucessórios não forem objeto de discussões organizadas pelos próprios movimentos sociais no campo, será difícil organizar a política fundiária específica às regiões de predomínio da agricultura familiar.



Mais que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes. A transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio (Gasson & Errington, 1993; Abramovay *et alii* 1998). Mais importante que o instante específico em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem de responsabilidades de uma geração para a outra. Nesta "unidade indissolúvel de geração de renda" (Chayanov, 1925/1986) que é a

agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegando à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento. Entretanto, estes conhecimentos não significam que os jovens organizam seu futuro com os olhos necessariamente voltados para a propriedade paterna. Se até o final dos anos 1960, a continuidade na profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter de uma obrigação moral⁴, hoje esta pressão deixou de existir.

Mas, seria um exagero dizer que a profissão passa a ser uma escolha livre e soberana. Em primeiro lugar, o nível educacional de muitos dos rapazes é tão baixo, que reduz fortemente suas chances de inserção no mercado de trabalho urbano. Por outro lado, entretanto, entre os agricultores de menor renda, o horizonte produtivo é tão precário – em virtude da escassez e da má qualidade da terra, antes de tudo – que o mercado de trabalho urbano será muitas vezes mais promissor, apesar de seus riscos e suas dificuldades. Além disso, é interessante observar que os vínculos familiares de transferência de renda permanecem decisivos, apesar da migração e do processo de individualização a ele

⁴ Conforme mostram os trabalhos de Woortman (1994) e nossa própria pesquisa anterior Abramovay *et alii* (1998).



associado. A pesquisa mostra que, sobretudo entre as famílias de menor renda, a contribuição dos filhos que partiram para o orçamento da casa de origem é bastante freqüente e significativa.

Este trabalho procura compreender – com base num questionário fechado respondido por pais, filhos e filhas de 116 unidades representativas da agricultura familiar do oeste catarinense – os principais determinantes da formação de uma nova geração de agricultores. É bem provável que o número de estabelecimentos agropecuários continue o declínio que vem mostrando desde o final dos anos 1970. Mas o ritmo desta queda pode ser fortemente atenuado caso haja políticas que permitam aos 69% dos rapazes e 32% das moças da região satisfazer seu desejo e sua vocação de permanecer na atividade agrícola familiar.

Quais as aspirações profissionais dos jovens agricultores do oeste de Santa Catarina? Uma resposta completa a esta pergunta exigiria que se dispusesse do conjunto de possibilidades que a população estudada tem pela frente. Um questionário fechado – tal como o desta pesquisa – tem a vantagem de quantificar resultados e a desvantagem de limitar necessariamente o leque de opções de quem responde. Os entrevistados não foram colocados frente a diferentes possibilidades de inserção urbana. Mas o estudo corroborou fortemente hipóteses que ligam as opções profissionais a dois fatores básicos: por um lado, à formação educacional dos próprios jovens; por outro, ao nível de renda das famílias.

São fortes os indícios de que, ao menos até recentemente, acabaram ficando na propriedade paterna exatamente aqueles jovens que menos tiveram oportunidades educacionais. Ao mesmo tempo entre as famílias mais pobres, a migração para as cidades aparece como um horizonte mais promissor que a permanência no campo. Mas esta migração é provocada menos por uma atração real das luzes da cidade que pela falta de perspectivas promissoras no meio rural. Tanto é assim que mesmo jovens de famílias pobres se dizem candidatos fortes ao crédito fundiário.

A pesquisa confirmou resultados obtidos anteriormente que mostram um fortíssimo viés de gênero nos processos sucessórios: dizer, entretanto, que o padrão vigente “beneficia” os rapazes em detrimento das moças supõe que estas fossem candidatas preteridas à sucessão, o que não parece ocorrer. Ao mesmo tempo, as moças têm nível educacional nitidamente superior aos rapazes e o acesso à educação é, em muitos casos, uma contrapartida presente da herança paterna futura não recebida.

Este estudo dá continuidade a uma linha de pesquisa iniciada com a publicação de *Juventude e agricultura familiar – Desafios dos novos padrões sucessórios* (Abramovay et alii, 1998). Naquele primeiro momento, o trabalho apoiou-se em dados recolhidos em apenas um município e contemplando 55 famílias selecionadas sem qualquer pretensão de representatividade. Mais que retratar o problema sucessório da região, a pesquisa foi uma primeira tentativa de expor os grandes temas de que ele se compõe. Já o presente trabalho apóia-se num universo bem mais significativo e representativo da agricultura familiar do oeste catarinense.



Uma breve caracterização desta região e da sua agricultura é apresentada no Box 2. A base inicial dos dados para a determinação da amostra constituiu-se de 15.293 estabelecimentos, presentes em 17 municípios da região onde existiam estudos com informações relevantes nos campos econômico e social que permitiram uma satisfatória caracterização do meio rural e das unidades familiares de produção. Deste universo, para a realização da pesquisa, selecionamos dez municípios que no seu conjunto possuem 9.190 propriedades, constituindo-se numa amostra representativas das 75 mil unidades familiares de produção presentes no oeste de Santa Catarina. A localização geográfica dos municípios onde se realizou a pesquisa pode ser observada na figura 1. A escolha destes municípios se deu fundamentalmente por duas razões: a) pela sua representatividade da agricultura familiar da região, identificada pela análise preliminar dos dados censitários e por informações complementares fornecidas pelos técnicos que realizaram os Censos Agropecuários Municipais. b) pela própria existência deste estudo socioeconômico, realizado pela Epagri e prefeituras municipais entre os anos de 1997 e 1999, que, entre outras variáveis, estratificou os agricultores familiares em três segmentos de renda: Consolidados, Em Transição e Periféricos⁵ (Box 3). A pesquisa sobre as questões sucessórias nestes municípios possibilita melhor interpretação das respostas em função da situação socioeconômica das famílias entrevistadas.

⁵ Neste trabalho, denominaremos estes segmentos de Capitalizados, Em Transição e Descapitalizados.

(Box 2)**A região oeste catarinense**

O oeste catarinense foi colonizado a partir do início do século XX por imigrantes oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, na sua maioria agricultores familiares que migraram para a região em busca de terra para se instalar (Campos, 1987; Silvestro 1995).

A região caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente em unidades familiares de produção, tendo constituído, em apenas cinco décadas, o maior pólo agroindustrial de aves e suínos do país. Trata-se de um dos grandes exemplos brasileiros do potencial da agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional. Ocupando uma área de 25,3 km² e constituída, atualmente, por 95 municípios, a região produz mais de 50% do Valor da Produção Agrícola do Estado, destacando-se na produção de suínos, aves, milho, leite, feijão, soja e fumo. A população é de 1,17 milhão de habitantes (IBGE, 2000), com 37% localizada no espaço que o IBGE classifica como meio rural. O relevo é montanhoso, com apenas 1/3 da área apta para culturas anuais. O número total de estabelecimentos rurais verificados no Censo Agropecuário de 1995/96 era de 88 mil, sendo 33,6% com menos de 10 ha e 93,8% com menos de 50 ha (IBGE, 1996). Alguns estudos

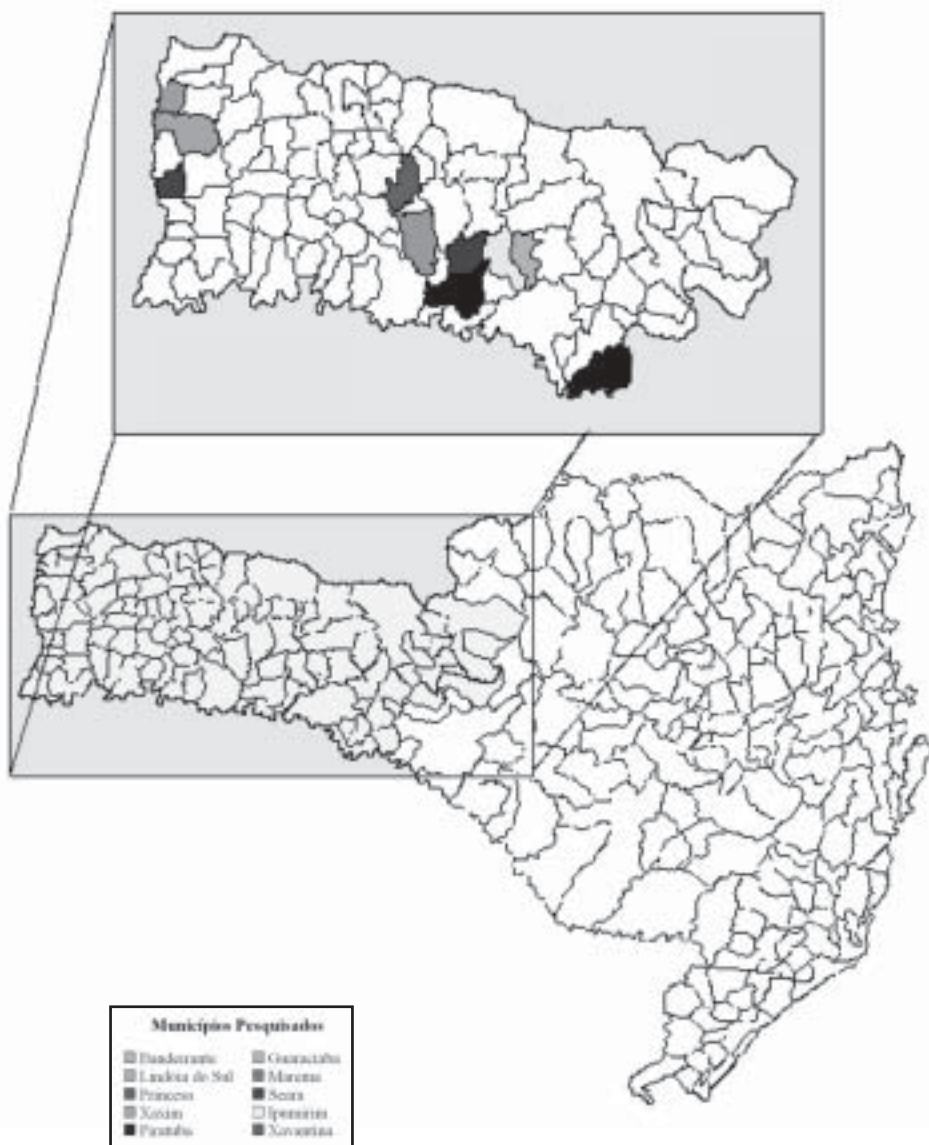


censitários municipais realizados pela Epagri/Icepa, permitem estimar que a região oeste catarinense é composta por aproximadamente 75 mil unidades familiares de produção.

Dentre os municípios em que foi realizada a pesquisa destaca-se a presença de agroindústria de aves ou suínos em Seara, Xaxim e Ipumirim. É nos frigoríficos destes municípios que os filhos dos agricultores buscam emprego, geralmente como operários. Em geral, os postos de trabalho ocupados por eles apresentam remuneração que varia de 2 a 3 salários mínimos por mês. Merece destaque o fato de os jovens que se empregam nestes frigoríficos deixarem de residir na propriedade e se transferirem para a cidade, onde nos primeiros momentos optam por morar em pensões ou casas familiares. Neste sentido, observou-se em apenas um dos municípios onde realizamos a pesquisa, a presença da figura do “colono-operário” como foi referido por Anjos (1995). Neste caso, uma agroindústria ligada a uma cooperativa, contrata filhos de agricultores que continuam morando na propriedade e se deslocam de ônibus diariamente até o local de trabalho.

★

FIGURA 1 - Mapa de Santa Catarina com destaque para a região oeste catarinense e os municípios onde foi realizada a pesquisa



(Box 3) Capitalizados, em Transição e Descapitalizados

O levantamento socioeconômico realizado nos dez municípios que serviu de base para a pesquisa, considerou globalmente três trajetórias para a agricultura familiar, definindo três categorias econômicas. Embora os níveis de renda sejam apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades, ele se mostrou adequado para analisar as questões exploradas, possibilitando uma compreensão melhor do comportamento dos pais e dos filhos em cada um dos diferentes grupos.

Agricultores capitalizados: correspondem a 13% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense e são representados por aquelas unidades cuja atividade agrícola tem possibilitado a reprodução da família e também um certo nível de investimento e acumulação. Neste grupo estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado⁶ (VA) superior a três salários mínimos por mês por unidade de mão-de-obra ocupada.



⁶ O valor agregado (VA) de cada propriedade rural foi definido como a diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e os custos variáveis da produção (despesas). Da forma como foi calculado, o valor agregado representa a margem bruta mais o consumo interno da propriedade. Isto significa que o valor agregado (VA) por pessoa ocupada é um saldo disponível para remunerar a mão-de-obra familiar (Epagri/Icepa, 1998).

Agricultores em transição: Correspondem a 29% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense. São aqueles que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos. A idéia de transição mostra que a trajetória socioeconômica desses agricultores pode ser ascendente ou descendente, dependendo das políticas a eles direcionadas. Neste grupo estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado entre um e três salários mínimos por mês por pessoa ocupada.

Agricultores descapitalizados: Correspondem a 42% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense. Neste grupo, estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada.

O restante dos estabelecimentos agrícolas presentes no oeste catarinense são representados por unidades onde a agricultura tem importância econômica irrisória na formação da sua renda (14,5%) e agricultores patronais (1,5 %).

★



Figura 2 – Vista parcial de uma propriedade capitalizada



Figura 3 – Vista parcial de uma propriedade em transição

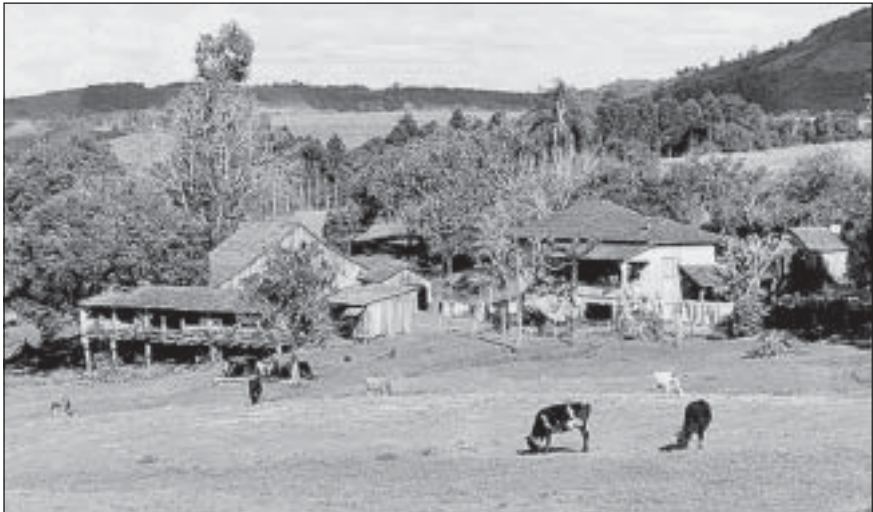


Figura 4 – Vista parcial de uma propriedade descapitalizada



Uma vez que se tratava de conhecer as questões envolvidas no processo sucessório da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina, foram identificadas no conjunto das 9.190 propriedades familiares estudadas, aquelas onde residissem pelo menos um rapaz e uma moça com idade entre 13 a 29 anos. Aplicado este critério, restaram 834 propriedades que serviram de base para o sorteio daquelas que seriam entrevistadas. Para a realização da amostra a ser pesquisada foram sorteados 15% dos estabelecimentos em cada estrato de renda, considerando a sua representatividade em cada município. Foram aplicados questionários fechados no interior de 116 famílias, das quais 21 capitalizadas, 46 em transição e 49 descapitalizadas. Em cada uma das propriedades sorteadas foram entrevistados, separadamente, os pais, um rapaz e uma moça. Com o objetivo de garantir



a independência das informações fornecidas pelos pais, filhos e filhas, constituímos equipe de três pesquisadores, sempre com a preocupação de realizar as entrevistas simultaneamente e em locais separados da propriedade de forma que os entrevistados não sofressem interferências uns dos outros em suas respostas. Nas propriedades onde havia mais de um filho ou filha com idade entre 13 a 29 anos, foi entrevistado o mais velho. A pesquisa de campo foi realizada no período de maio a julho de 2000. Em função da complexidade do tema pesquisado muitas perguntas não foram respondidas por alguns dos entrevistados, razão pela qual, não foi possível obter respostas para todas as questões no conjunto das 116 propriedades entrevistadas. Por este motivo, como poderá ser visto no texto, o número de respostas varia significativamente para cada uma das questões utilizadas.

Além desta apresentação, o trabalho compõe-se de mais quatro partes. No item dois examinam-se as expectativas profissionais dos jovens agricultores e os principais determinantes da escolha profissional. Com relação a continuidade da atividade agrícola, existe uma diferença marcante entre as aspirações dos rapazes e das moças. Enquanto os rapazes manifestaram um forte desejo de continuidade na profissão paterna, as moças têm uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional. A escolha profissional é analisada do ponto de vista da geração de renda da unidade produtiva, da formação educacional dos jovens e da influência exercida pela família.

O item três estuda os principais elementos de que se compõe o processo sucessório propriamente dito: quem é o filho que fica no estabelecimento paterno? Em que circunstâncias e como são compensados os herdeiros não-sucessores? Qual o momento em que o sucessor assume o poder e o controle da propriedade? E qual a relação dos rapazes e das moças a respeito dos processos sucessórios?

No item quatro são apresentadas as conclusões deste trabalho e no item cinco são apontadas proposições de políticas públicas voltadas a que os jovens agricultores possam construir seu futuro profissional no meio rural. As propostas procuram enfatizar especificamente os elementos voltados a que os jovens possam ter no meio rural uma opção e não uma fatalidade na construção de seus destinos. Não se trata então de conceber apenas remendos que possam minorar o sofrimento de quem não conseguiu se aventurar em direção às “luzes da cidade”: o mais importante está em conquistar mudança radical na relação entre o meio rural e o mundo do conhecimento. Para isso, enfatiza-se o papel decisivo que o acesso às tecnologias da informação devem ter para uma política que tenha nos jovens os protagonistas centrais da valorização do meio rural.



2. As expectativas profissionais dos jovens

2.1. Opção ou fatalidade?

O que mais chama a atenção no desejo de permanecer na profissão agrícola por parte da maioria dos rapazes do oeste de Santa Catarina é a coincidência em suas respostas sobre o futuro almejado e o que imaginam ser seu destino provável. É claro que sempre se pode dizer que os indivíduos – da mesma forma que as sociedades – não formulam projetos dos quais não possam antever minimamente as possibilidades de realização. Assim, no futuro desejado já estariam embutidas as restrições que o aproximam do futuro provável⁷.

⁷ Este é o pressuposto básico, em microeconomia, da teoria do consumidor: “a racionalidade considerada pela teoria do consumidor pressupõe portanto que não existe distância entre preferência e escolha: o consumidor prefere o que ele escolhe e escolhe o que prefere” (Zamagni, 1984/1987:125).

Entretanto, se, de fato, entre os rapazes foi notável a coincidência entre as duas respostas – mais de dois terços deles querem permanecer na atividade que aprenderam com os pais, como mostram as tabelas 1 e 2 – o mesmo não pode ser dito com relação às moças.

Tabela 1 - Futuro profissional "desejado" pelos rapazes (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Permanecer na agricultura como proprietário	69	81	74	62
Trabalhar e morar na cidade	20	14	16	21
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas	4	5	5	3
Outras respostas	7	0	5	14
Total	100	100	100	100
Número de respostas	108	21	43	44

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 2 - Opinião dos rapazes quanto ao seu provável futuro profissional (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Permanecer na agricultura como proprietário	71	84	74	64
Trabalhar e morar na cidade	17	0	16	25
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas	5	5	5	3
Outras respostas	7	11	5	8
Total	100	100	100	100
Número de respostas	95	19	38	38

Fonte: Pesquisa de Campo

Nas tabelas 3 e 4, que se referem às moças, vê-se uma pequena diferença entre as duas respostas: 32% das moças desejam permanecer num estabelecimento agropecuário, mas 37% julgam provável que este seja o seu destino. A diferença entre as duas respostas aumenta



nitidamente quando se observa a última coluna das tabelas 3 e 4: entre as moças vivendo em famílias “descapitalizadas”, apenas 28% desejam permanecer no estabelecimento agropecuário, mas um total de 40% diz que aí estará o seu destino. Entre as moças de menor renda há distância, para usar a linguagem da teoria do consumidor, entre “preferência e escolha” no que se refere à organização do futuro profissional. Permanecer numa unidade produtiva rural, para muitas delas, é muito mais uma fatalidade que uma opção.

Tabela 3 - Futuro profissional desejado pelas moças (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Permanecer na agricultura como proprietária	32	39	35	28
Permanecer na agricultura com tempo parcial	6	17	5	2
Trabalhar e morar na cidade	43	28	44	50
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	10	0	9	13
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas	8	11	7	7
Outras respostas	1	5	0	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	105	18	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 4 - Opinião das moças quanto ao seu provável futuro profissional (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Permanecer na agricultura como proprietária	37	35	36	40
Permanecer na agricultura com tempo parcial	7	18	9	0
Trabalhar e morar na cidade	36	23	30	48
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	8	6	3	6
Ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas	5	12	8	0
Outras respostas	7	6	14	6
Total	100	100	100	100
Número de respostas	95	18	38	39

Fonte: Pesquisa de Campo

Mesmo para os rapazes, entretanto, existe uma nítida consciência dos limites que se opõem à realização de sua vocação explícita. Na tabela 5, pode-se observar como os rapazes encaram seu futuro profissional, apontando o que há de mais importante na questão sucessória. A convicção de que a vida profissional estará organizada em torno de um estabelecimento agropecuário é bem menor, entre os rapazes, que o revelado nas tabelas 1 e 2, citadas anteriormente. Apenas 38% dos jovens responderam ao item “gosta de ser agricultor e é certo que será agricultor”. Mas quando se soma esta resposta àquela em que o rapaz afirma que “desejaria ser agricultor, mas vê dificuldade”, constata-se que além dos 38% dos rapazes que gostam outros 31% desejariam permanecer na profissão de agricultor, mas vêem dificuldades para tanto. Entre os principais fatores que dificultam o exercício da profissão agropecuária, 81% dos rapazes apontaram a falta de capital para investimento, 40% a falta de novas oportunidades de renda e 30% a falta de terra.

Tabela 5 - Opinião dos rapazes quanto ao seu futuro como agricultor (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Gostaria de ser agricultor e é certo que será agricultor	38	62	44	22
Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor	12	14	7	16
Desejaria ser agricultor, mas vê dificuldades	31	19	26	41
Não sabe se será agricultor porque ainda não pensou nisso	6	5	14	0
Não deseja ser agricultor	13	0	9	21
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Pesquisa de Campo



O acesso à terra está entre as maiores dificuldades para a continuidade na agropecuária. Assim é que para apenas 21% dos rapazes (e somente 7% entre os descapitalizados), “a quantidade de terra a ser herdada é suficiente e boa” revelando um nítido problema de insuficiência ou de qualidade de terra em todas as categorias de renda estudadas.

É claro que estas respostas variam – e com impressionante coerência – segundo as classes de renda consideradas. Nas tabelas 1 e 2, citadas anteriormente, percebe-se que o desejo de permanecer na agricultura “como proprietário” cai conforme declina a categoria de renda considerada. Ao contrário, a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno.

Da mesma forma, como se vê na tabela 6, nada menos que 72% dos rapazes julgam que “considerando seu grau de instrução” têm melhores oportunidades “no meio rural, na agricultura”. Note-se que a possibilidade de inserção urbana é encarada com bastante ceticismo pelos rapazes. Somente 13% deles julgam que em “atividades da cidade” estão suas melhores chances de realização profissional. E este percentual sobe conforme cai a renda familiar: a cidade é encarada como fonte promissora de geração de renda para somente 5% dos filhos de famílias “capitalizadas”, mas para 20% dos filhos das famílias mais pobres.

Tabela 6 - Questão dirigida aos rapazes: Considerando o seu grau de instrução onde você acha que tem as melhores oportunidades (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
No meio rural e na agricultura	72	81	81	61
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	13	14	7	17
Na cidade mas com a renda principal de atividades agrícolas	2	0	2	2
Na cidade, em atividades da cidade (serviços, indústria etc.)	13	5	10	20
Total	100	100	100	100
Número de respostas	109	21	42	46

Fonte: Pesquisa de Campo

Já entre as moças, à rejeição majoritária da profissão agropecuária corresponde maior esperança na inserção urbana. As tabelas 3 e 4 mostraram que trabalhar e morar na cidade é o futuro desejado de 43% das moças – embora proporção menor (36%) acredite que conseguirá alcançar este futuro. Se, como foi visto na tabela 6, 72% dos rapazes consideram ter melhores oportunidades no meio rural (com base em seu grau de instrução), esta proporção cai, entre as moças, para 54% como pode ser visto na tabela 7. E da mesma forma que entre os rapazes – só que em proporções maiores – a cidade aparece como horizonte tanto mais promissor, quanto menor é a renda familiar.

A tabela 6 fornece também uma indicação recorrente neste trabalho. Apesar das evidências da importância das atividades não-agrícola no meio rural brasileiro (Graziano da Silva, 1999; Campanhola & Graziano da Silva, 2000) e mesmo em Santa Catarina (Mattei, 1998), os estabelecimentos estudados são fun-



Tabela 7 - Questão dirigida às moças: Considerando o seu grau de instrução onde você acha que tem as melhores oportunidades (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
No meio rural e na agricultura	54	50	56	54
No meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas	13	22	16	7
Na cidade mas com a renda principal de atividades agrícolas	7	11	3	9
Na cidade, em atividades da cidade (comércio, indústria etc.)	26	17	25	30
Total	100	100	100	100
Número de respostas	106	18	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo

damentalmente voltados à produção agrícola e pecuária. As atividades não-agrícolas no meio rural não fazem parte da experiência cotidiana dos jovens que vivem no interior dos estabelecimentos agropecuários do oeste de Santa Catarina.

A tabela 6 indica ainda uma apreciação positiva da agricultura bem maior entre os filhos de famílias “capitalizadas” que entre aqueles vivendo em unidades empobrecidas. Mas chama a atenção que quase dois terços dos descapitalizados consideram que suas melhores chances estão na agricultura e que apenas 20% deles considerem que as cidades oferecem-lhes as melhores oportunidades.

Em suma, pode-se dizer que existe uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes – mesmo aqueles vivendo em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar - e uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional para a

maioria das moças. Os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora e isso é nítido tanto entre rapazes como entre as moças. O preocupante é que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro. É o que será visto a seguir.

2.2. Alguns determinantes da escolha profissional

a) a importância da educação

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado. A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina (Durston, 1996) é que fica no campo o filho ao qual *"la cabeza no le dá para más"*. Mesmo um Estado como Santa Catarina, onde o nível educacional está entre os mais altos do país, acaba não fugindo a esta regra. A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paternas e que já saíram da escola - tem formação educacional tão pre-



cária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.

Os dados da tabela 8, apresentados abaixo, foram retirados diretamente do Censo realizado pela Epagri/Icepa e referem-se aos jovens presentes nas 9.190 propriedades dos 10 municípios onde foi realizada a pesquisa. Ela mostra um quadro desolador quanto à situação educacional dos jovens no interior da agricultura familiar. Dos 1.940 jovens entre 25 e 29 anos – candidatos óbvios, portanto, à sucessão hereditária – 1.163 (60% deles) estudaram apenas até a 4ª série. Ao que tudo indica, ficaram na propriedade aqueles que não obtiveram o passaporte educacional para ingressar no mercado de trabalho urbano. Nesta faixa etária está também a maior proporção de analfabetos (4% do total). A idéia é corroborada pela situação da faixa etária imediatamente anterior: dos 1.823 jovens entre 19 e 24 anos morando na propriedade paterna, nada menos que 697 (38% deles) estudaram apenas até a 4ª série. Entre os jovens com 13 a 18 anos, a proporção dos que possuem apenas até a 4ª série cai para 19%, mostrando que o padrão de frequência escolar alterou-se nitidamente. Tirar os jovens da escola no 4º ano primário, na década de 90, deixou de ser uma prática socialmente dominante. De qualquer maneira, por mais que o padrão anterior não seja mais predominante, ele deixa uma pesada herança para os processos sucessório no interior da agricultura familiar.

Tabela 8 - Grau de instrução dos filhos de agricultores familiares com idade entre 7 e 29 anos nos municípios pesquisados - em valores absolutos

Idade	Total	Não alfabetizado	até a 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau	3º grau incompleto	3º grau completo
7 aos 12 anos	3.892	35	2.774	1.083	0	0	0
13 aos 18 anos	3.845	45	726	2.301	763	10	0
19 aos 24 anos	1.823	28	697	569	465	55	9
25 aos 29 anos	1.940	80	1.163	456	192	28	21
TOTAL	11.500	188	5.360	4.409	1.420	93	30

Fonte: Censo Agropecuário Municipal - Epagri (1999).

O destino dos jovens que deixaram a propriedade paterna corrobora a associação entre permanência na atividade agrícola e baixo nível educacional. A tabela 9 contém informações sobre os filhos que deixaram a propriedade paterna. Das 116 famílias entrevistadas tinham saído, até o momento em que foram coletadas as informações, 187 jovens. Destes, 115 mudaram-se para o “meio urbano”⁸ e 72 saíram para instalar-se no próprio meio rural, na esmagadora maioria das vezes na condição de agricultores. A tabela mostra o contraste entre o nível educacional dos que permanecem na agricultura, quando comparado à situação dos que foram para as cidades. Pouco mais de um terço dos que destinaram-se ao “meio urbano” têm somente até a 4ª série, proporção que sobe além de dois terços, para os que saíram da propriedade paterna para prosseguir na profissão agropecuária. Com nível superior à 5ª série estão menos

8 Seja uma região metropolitana (do Estado ou fora dele), seja o núcleo urbano do município em que está instalada a propriedade paterna.



de um terço dos que permanecem no meio rural e 45% dos que foram para as cidades. Nenhum dos que se instalaram como agricultor tem nível superior à oitava série.

Tabela 9 - Nível de escolaridade dos jovens ao sair da propriedade paterna segundo o local de destino (%)		
Grau de instrução	Urbano	Rural
1ª a 4ª série do primeiro grau	36	69
5ª a 8ª série do primeiro grau	45	31
1ª a 3ª série do segundo grau	16	0
Curso superior incompleto	1	0
Curso superior completo	2	0
Total	100	100
Número de respostas	115	72

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela 10 examina o nível educacional daqueles 72 filhos de agricultores que deixaram a propriedade paterna e permaneceram no meio rural. O vínculo entre agricultura e baixo nível educacional resiste até às diferenças de renda entre as famílias: não há diferença no nível educacional dos jovens egressos das famílias pobres, relativamente aos que vêm de famílias mais abastadas, o que indica que a opção por educar os filhos associava-se diretamente ao horizonte de deixar a atividade agropecuária. Pior: a permanência na atividade agropecuária esteve, até muito recentemente, associada diretamente ao desprezo pela formação dos jovens.

Tabela 10 - Nível educacional dos jovens que saíram da propriedade paterna e permaneceram no meio rural (%)

Grau de instrução	Total	Consolidados	Transição	Descapitalizados
1ª a 4ª série	69,4	69,2	69,6	69,4
5ª a 8ª série	30,6	30,8	30,4	30,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	72	13	23	36

Fonte: Pesquisa de Campo

Tanto é assim que, na tabela 11 – que examina os jovens que deixaram a propriedade paterna em direção à cidade – aparece a esperada associação entre renda das famílias e formação educacional dos filhos. Quando se comparam as tabelas 10 e 11 vê-se que, nas duas, a formação dos filhos que foram para cidades é melhor que a dos que ficaram na atividade agropecuária. Só que entre os que foram para as cidades, o nível educacional cresce conforme a renda familiar, o que não se observa entre os que permaneceram na agropecuária. A expectativa de retorno econômico da educação é relevante quando se trata da migração para as cidades e quase inexistente para os jovens que permanecem na agropecuária.



Tabela 11 - Nível educacional dos jovens ao deixar a propriedade paterna em direção à cidade (%)				
Grau de instrução	Total	Consolidados	Transição	Descapitalizados
1ª a 4ª série	35,9	27,3	23,7	46,3
5ª a 8ª série	44,7	36,4	52,6	40,7
2º grau	16,5	27,3	18,4	13,0
Superior incompleto	1,0	0,0	2,6	0,0
Superior completo	1,9	9,1	2,6	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	115	12	41	62

Fonte: Pesquisa de Campo

É importante observar na tabela 12, no entanto, que a grande maioria dos jovens que migram para a cidade fazem-no para trabalhar e não para continuar seus estudos num ambiente mais propício para tanto. Apenas 14% dos filhos dos agricultores entrevistados e que migraram para a cidade fizeram-no com o objetivo declarado de estudar.

Tabela 12 - Objetivo principal que determinou a saída dos jovens para o meio urbano (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Estudar	14	33	17	14
Trabalhar	86	67	83	86
Total	100	100	100	100
Número de respostas	115	12	41	62

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados levantados na pesquisa de campo também permitiram identificar que apenas 12,5% dos jovens que saíram da propriedade conseguiram avançar na sua formação educacional.

A tabela 13 “Nível educacional e idade média dos jovens entrevistados” corrobora esta idéia e traz uma informação adicional importante: é entre os rapazes que se concentra a maior parte dos que praticamente não tiveram acesso à educação. Todo o universo de nossa pesquisa compõe-se de jovens que, em princípio, já deveriam ter completado a 4ª série do primeiro grau. Ora, nada menos que 30% dos rapazes entrevistados têm apenas este grau de estudo. Entre as moças, esta proporção cai para 13%. E o interessante é que a idade média dos jovens que se encontram nesta situação é muito alta (26 anos para as moças e 27 anos para os rapazes). Confirmando a precariedade do acesso à educação, sobretudo entre os rapazes, percebe-se que somente 22% deles têm ou estão cursando o segundo grau (1ª a 3ª série). Esta proporção sobe a 56% entre as moças. E é aí que está a menor idade média deste universo, 44% dos rapazes têm ou cursam de 5ª a 8ª série, contra apenas 29% das moças. Mas nesta faixa etária, a idade média das moças é muito mais baixa que a dos rapazes: 17 anos, contra 25 anos, o que leva a crer que nesta idade as moças ainda estão estudando e os rapazes já devem ter parado.

A própria visão dos jovens a respeito das necessidades educacionais para o desempenho da profissão agrícola varia conforme sua situação social. Assim, na tabe-



Tabela 13 - Nível educacional e idade média dos jovens entrevistados				
Nível educacional	Rapazes (%)	Idade Média (anos)	Moças (%)	Idade Média (anos)
1ª a 4ª série do 1º grau	30	27	13	26
5ª a 8ª série do 1º grau	44	25	29	17
1ª a 3ª série do 2º grau	22	19	56	18
Técnico agrícola	3	18	0	0
Curso superior	1	25	2	23
Total entrevistados	114	-	116	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 14 - Opinião dos rapazes quanto ao nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Saber ler e escrever	6	0	5	11
Primário completo (4ª série)	13	0	21	12
Ginásio (8ª série)	38	38	33	43
Segundo grau	32	24	36	30
Curso técnico agrícola (segundo grau)	9	28	5	4
Fazer curso da Casa Familiar	1	5	0	0
Faculdade	1	5	0	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Pesquisa de Campo

la 14 pode-se ver que nenhum filho de agricultor capitalizado considera possível um bom exercício profissional apenas com a quarta série do primeiro grau. Entre os descapitalizados, 11% dos entrevistados dizem que é possível ser agricultor somente sabendo ler e escrever e outros 12% julgam que é suficiente a quarta série do primeiro grau. Entre os "em transição" estas proporções são de 5% e 21%. Apenas um quarto dos filhos de agricultores "descapitalizados" e dos "em transição" asso-

ciam nitidamente a agricultura ao baixo nível educacional. Já o curso técnico é necessário para 28% dos rapazes vivendo em unidades “capitalizadas”, mas para apenas 5% e 4% respectivamente dos que estão em famílias “em transição” e “descapitalizadas”.

Em suma, existe um forte contraste entre as opiniões dos jovens entrevistados a respeito das exigências educacionais para o exercício da profissão agropecuária e a situação atual dos responsáveis pelos estabelecimentos ou seus sucessores mais prováveis, cujo nível de escolaridade foi e é muito precário. É evidente que uma política fundiária voltada a estas regiões e a agricultores na faixa etária entre 18 e 30 anos terá que associar-se a métodos alternativos aos da educação formal para que o acesso à terra venha de par com uma melhoria em suas capacidades profissionais. Convém, no entanto, expor as demais informações que contribuem para a compreensão da escolha profissional dos jovens, antes de iniciar a formulação das propostas que decorrem deste trabalho.

b) Influência familiar e diferenciação social

A influência familiar nas decisões profissionais dos filhos – que, nas gerações anteriores, até o final dos anos 1960, revestia-se freqüentemente de considerável conotação moral – pode ser claramente interpretada com base nos diferentes níveis de renda dos que responderam ao questionário. Assim, entre as famílias de agricultores capitalizados e em transição, a mai-



or parte – mais até entre os “em transição” que entre os “capitalizados” – estimulam os filhos a permanecer na atividade. Entre os descapitalizados, este percentual cai para 31% conforme pode ser visto na tabela 15.

Tabela 15 - Questão dirigida aos pais: Você estimula seus(suas) filhos(as) a serem agricultores(as) (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Estimula todos os filhos a serem agricultores	48	52	64	31
Estimula só um filho a ser agricultor	3	5	0	6
Desestimula seus filhos a serem agricultores	12	10	7	16
Não influencia os filhos nem a favor e nem contra	37	33	29	47
Total	100	100	100	100
Número de respostas	115	21	45	49

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando perguntados sobre as razões que os levavam a influir num sentido ou noutro as respostas dos pais variaram segundo os níveis de renda: assim, para os agricultores “capitalizados” e “em transição”, a proximidade da família e a rejeição ao assalariamento são fatores importantes para o desejo de que os filhos prosigam na profissão paterna. Para os descapitalizados, a rejeição ao assalariamento é irrisória: é que, na verdade, a reprodução da família já depende fundamentalmente do trabalho assalariado e sua pobreza agrícola mostra poucas perspectivas de que a exploração da unidade produtiva seja uma fonte essencial de renda. É interessante observar que a obrigação de ficar com os pais é também francamente minoritária, con-

afirmando que o padrão sucessório anterior em que o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade (Abramovay *et alii*, 1998) foi claramente ultrapassado.

Isso não significa porém que as relações familiares percam importância nas decisões sobre o futuro. Colocados diante da questão “em que condições você aceitaria ser agricultor fora do oeste catarinense” (tabela 16), metade dos rapazes entrevistados disseram que não sairiam da região onde moram hoje. Mas há uma nítida diferença social nas respostas: para os filhos de agricultores capitalizados é mais visível o horizonte de se estabelecer em outra região do país. Assim, 33% deles afirmam que não sairiam do oeste catarinense e 43% o fariam, desde que obtivessem crédito fundiário e de instalação. Entre os descapitalizados 57% não aceitariam sair da região e apenas 19% conseguem encarar a perspectiva de mudança com base em crédito fundiário e de instalação.

Tabela 16 - Em que condições os rapazes aceitariam ser agricultor fora da região oeste de Santa Catarina (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Somente com crédito fundiário e de instalação	22	43	16	19
Somente através de reforma agrária	1	0	2	0
Somente em terras de melhor qualidade	22	19	26	19
Em qualquer das situações anteriores	5	5	5	5
Não aceitaria sair da região	50	33	51	57
Total	100	100	100	100
Número de respostas	106	21	43	42

Fonte: Pesquisa de Campo



Para aqueles que vão se habituando a gerir um negócio com certa prosperidade a idéia de expandir suas atividades e mesmo de instalar-se longe é bem mais verossímil que para os rapazes cujo cotidiano é marcado pela imensa dificuldade de reproduzir a unidade produtiva e garantir a manutenção da família.

c) Pobreza e estreitamento das relações sociais

A imagem de isolamento freqüentemente associada à vida no meio rural não é apenas um preconceito. Os grupos de jovens da Igreja Católica são a mais importante forma de socialização dos rapazes e das moças do oeste de Santa Catarina. Convém lembrar que a maioria deles não são grupos constituídos permanentemente. Os encontros acontecem de forma esporádica e com o objetivo principal de discutir questões religiosas e relacionadas ao lazer. Quase nunca tratam das questões ligadas ao seu futuro profissional. Dos rapazes entrevistados, 20% declaram não manter qualquer relação com agentes externos. Entre estes, a grande maioria vive nas famílias “descapitalizadas”: 44% dos rapazes destas famílias vivem num impressionante isolamento social. Não freqüentam sequer as atividades dos grupos de jovens da Igreja. Uma vez que estes jovens são exatamente os que mais exercem atividades assalariadas fora da propriedade, é possível que seus círculos de relações sociais não estejam incluídos entre as alternativas do questionário. Mas o mais provável é que a pobreza

esteja associada a esta restrição no universo social de vida dos jovens (Box 4).

Também é importante observar que dos 116 rapazes entrevistados, apenas um terço possui o “bloco do produtor rural”. Esta proporção é baixa, uma vez que este documento corresponde a uma espécie de pagamento previdenciário sem qualquer ônus para a família. Apenas 16% dos rapazes entrevistados, têm conta corrente bancária individual. Entre as moças, a situação não é diferente, 28% delas declararam não pertencer ou manter contatos permanentes com qualquer organização local. Como no caso dos rapazes, a grande maioria destas vive em famílias “descapitalizadas”. Apenas 4% das moças entrevistadas possuem conta corrente e somente 12% “bloco de produtora rural”.

Este capítulo procurou mostrar, em suma, a ambigüidade envolvida nas expectativas profissionais dos jovens. Por um lado, é nítido o desejo dos rapazes de dar continuidade à profissão paterna. Esta preferência não pode ser caracterizada como o resultado do exercício do que Amartya Sen (2000) chama de liberdade: ela se apóia fundamentalmente na percepção realista de que o nível educacional de que dispõem não permite à grande maioria destes rapazes ter um horizonte minimamente promissor fora do meio rural. Já entre as moças, a menor preferência por permanecer na profissão agropecuária associa-se, nitidamente, ao melhor nível educacional.



Ao mesmo tempo, é clara a consciência de que a dotação de conhecimento com que contam os jovens hoje é insuficiente para os desafios de gerar renda numa unidade produtiva rural. Esta consciência abre um amplo espaço para políticas públicas cujo eixo esteja na mudança do ambiente educacional existente hoje no meio rural.

(Box 4) A Moradia de uma família de agricultores descapitalizados

As casas onde residem as famílias destes agricultores são geralmente pequenas, com mais ou menos 50 m², em sua quase totalidade construídas de madeira, já comprometidas pela ação do tempo e mal acabadas. Em muitas delas há frestas nas aberturas e entre as tábuas, por onde passa o vento frio do inverno, amenizado apenas pelo calor do fogão a lenha que acaba sendo o bem mais precioso da moradia, em torno do qual a família se reúne para se aquecer e tomar chimarrão nas horas de folga e à noite. Sua divisão interna é geralmente composta por uma cozinha, uma pequena sala e um ou dois quartos, que na maioria das vezes não possibilita a acomodação minimamente adequada de seus habitantes. A maioria das residências não possui banheiro na parte interna. Devido à ausência de instalações na propriedade, muitas vezes as pessoas têm que dividir esse espaço com produtos agrícolas que são armazenados temporariamente



em seu interior. Em alguns casos os cômodos são divididos por cortinas de pano, não propiciando qualquer privacidade aos seus habitantes. As águas utilizadas não têm destino adequado, correndo a céu aberto, onde bebem animais domésticos e ficam ao acesso das crianças. Estas condições são mais facilmente aceitas pelos pais, mas não pelos jovens, que se sentem constrangidos em receber visitas e, principalmente, em receber em sua residência o namorado ou a namorada. Apesar desta precariedade observa-se, porém, um grande esforço para a preservação dos bens e para a manutenção de um ambiente limpo e agradável. A absoluta falta de recursos para fazer as melhorias necessárias impede que esses agricultores morem em condições mais dignas.

Figura 5 – Moradia de uma propriedade descapitalizada



3. Preparando a sucessão

Uma vez que o universo selecionado para esta pesquisa compõe-se de famílias onde vivem ao menos um rapaz e uma moça, não é de se estranhar a quase inexistência de unidades sem sucessores: a pesquisa toma o problema sucessório pelo lado da demanda de terra e não examinou a situação das famílias onde não há sucessores.⁹ A etapa anterior do trabalho (Abramovay *et alii*, 1998) mostrou que, até o final dos anos 1960, existia um processo sucessório centrado no minorato¹⁰ que possibilitava a

⁹ O tema merece ser melhor investigado: se, por um lado, o universo de propriedades sem sucessores pode ser bem superior aos 12% identificados na pesquisa Epagri/Icepa, por outro não se conhece o tamanho e as condições destes estabelecimentos. É bem possível que parte deles não sejam adequados para receber jovens agricultores iniciando suas atividades profissionais autônoma. Neste caso, seria necessário um trabalho de reordenamento fundiário.

¹⁰ Instituição pela qual a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, fica com a responsabilidade de cuidar dos pais durante a velhice. Este padrão, também conhecido como ultimogenitura, não foi inteiramente eliminado, como será visto adiante.

reprodução social e econômica de novas unidades de produção. A partir dos anos 70 esse padrão sucessório se esgota. A “questão sucessória” na agricultura surge quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias envolvidas neste processo. A consequência é – convém insistir – o desencontro entre a oferta de terras das gerações que envelhecem e a demanda dos jovens que não podem satisfazer suas vocações profissionais nas propriedades paternas.

Este capítulo procura descrever os principais elementos de que se compõe o processo sucessório propriamente dito: Quem fica no estabelecimento paterno? Em que circunstâncias e como são compensados os herdeiros não sucessores? Qual o momento da sucessão? Qual a relação de rapazes e moças, respectivamente, com os processos sucessórios?

3.1. Quem fica?

A maioria das famílias entrevistadas ainda não definiu quem será o sucessor. Entretanto, afirma que alguém ficará na propriedade como pode ser visto na tabela 17. É importante salientar que não houve diferença nas respostas quando considerados os três estratos de renda.¹¹ A resposta dos pais coincide com a dos rapazes e moças, quanto a este item.

¹¹ Julgou-se desnecessário mostrar esta igualdade nas respostas entre os três segmentos de renda, por meio de tabelas.



Tabela 17 - Quem ficará na propriedade na opinião dos pais, filhos e filhas (%)

Respostas	Pais	Filhos	Filhas
Já foi definido (já sabe quem ficará)	13	13	15
Alguém ficará mas ainda não sabe quem	67	65	70
Não sabe se alguém ficará na propriedade	16	19	12
Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade	0	3	2
A propriedade será vendida	0	0	1
A propriedade será arrendada	1	0	0
Os filhos são muito jovens para fazer a escolha	3	0	0
Total	100	100	100
Número de respostas	114	109	103

Fonte: Pesquisa de Campo

A indefinição quanto à escolha do sucessor também pode ser observada quando se analisa os dados da tabela 18. Para 75% das moças e 78% dos rapazes “ainda não foi definido quem ficará com a propriedade”. Esta percepção dos filhos sobre a questão sucessória diverge um pouco da opinião dos pais: 61% deles disseram que “ainda não foi escolhido quem ficará com a propriedade”. Na verdade, a pesquisa de campo¹² mostrou que as questões sucessórias são pouco discutidas no interior das famílias. Apesar disso, em alguns casos, utilizando as atribuições de “chefe da família”, os pais já escolheram o sucessor. Só que, na maioria das vezes, esta decisão ainda não foi explicitada para o conjunto da família. Nas famílias que já escolheram o sucessor, como pode ser obser-

¹² Ao aplicar os questionários, a equipe, evidentemente, conversava com as famílias, o que permitiu colher informações não expressas diretamente nas tabelas.

vado na tabela 18, o que predomina é a preferência pelo filho mais velho, sendo que em todos os casos a escolha recaiu sobre um filho homem. Esta informação – que mostra o viés fortemente masculino na sucessão – vem das conversas informais em campo: é curioso que quando respondem aos questionários, todos reconhecem a igualdade formal de direitos entre rapazes e moças. Mas a verdade é que todas as escolhas de sucessores já identificadas recaem sobre os rapazes.

Tabela 18 - Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na opinião dos pais, filhos e filhas (%)

Respostas	Pais	Filhos	Filhas
O mais velho	14	8	7
O mais novo	6	4	5
O mais estudado	1	0	1
O que mais gosta da agricultura	2	2	4
Não teve critério definido	8	6	5
Ainda não foi escolhido	61	78	75
Mais de um sucessor	7	1	3
O que tem maior afinidade com os pais	1	1	0
Total	100	100	100
Número de respostas	81	96	96

Fonte: Pesquisa de Campo

Nas propriedades onde já foi escolhido o sucessor, em mais da metade delas, houve a participação de toda a família no processo de escolha, como pode ser observado na tabela 19. Esta informação sugere que o padrão de rigidez hierárquico típico das famílias rurais está sendo substituído por um considerável grau de democratização das decisões, como será visto adiante com mais detalhe.



Tabela 19 - Quem participou da escolha do sucessor na opinião dos pais filhos e filhas (%)

Respostas	Pais	Filhos	Filhas
A escolha foi feita pelos pais	17	23	20
Só os homens participaram da escolha	14	10	21
Toda a família participou da escolha	64	61	52
Outras respostas	5	6	7
Total	100	100	100
Número de respostas	88	95	92

Fonte: Pesquisa de Campo

O processo sucessório, na maioria dos casos, pode conduzir a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão do viés de gênero que tende a acompanhar esses processos. O afastamento destas questões acaba atrasando a definição dos arranjos familiares necessários, que envolvem tanto o herdeiro e a continuidade da unidade de produção paterna, quanto o destino dos demais irmãos não-sucessores. Está em discussão a necessidade de realizar os investimentos necessários na propriedade e de definir o valor e as formas de pagamento aos irmãos que não serão contemplados com a propriedade paterna. Embora as famílias hoje já tenham um razoável nível de diálogo sobre o destino dos filhos e mesmo sobre a organização da propriedade, os temas de natureza sucessória acabam sendo raramente abordados.

Mas é interessante observar que os arranjos sucessórios não passam necessariamente pela remuneração monetária de todos os herdeiros. Confirman-

do que a unidade produtiva é, ao mesmo tempo, patrimônio e forma de reprodução familiar, muitas vezes seu destino não responde a um critério de natureza estritamente econômica, como será visto a seguir.

3.2. A compensação dos outros herdeiros

Apenas 6% das moças e 9% dos rapazes, disseram que o herdeiro não necessita compensar os demais irmãos “porque fica com a responsabilidade de cuidar dos pais” (tabelas 20 e 21). A resposta dos pais com relação a essa responsabilidade, difere um pouco da dos filhos: 15% dos pais disseram que o herdeiro não necessita compensar os demais irmãos “porque fica com a responsabilidade de cuidar dos pais”¹³.

Tabela 20 - Questão dirigida aos rapazes: Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não terão compensação porque o herdeiro ficará com a responsabilidade de cuidar dos pais	9	11	3	12
Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança)	8	5	9	8
Através de capitais agrícolas (animais, produtos etc.)	1	0	3	0
Através de estudo e dinheiro	23	21	32	16
Todos ganharão terra da propriedade do pai	13	16	20	5
Será feito acerto no momento final de transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho	31	21	24	44
O herdeiro da propriedade compensará aos demais (dinheiro, produtos etc.)	14	26	9	15
Total	100	100	100	100
Número de respostas	90	19	34	37

Fonte: Pesquisa de Campo

¹³ Não se julgou necessário colocar a tabela correspondente a esta informação no texto.



Tabela 21 - Questão dirigida às moças: Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não terão compensação porque o herdeiro fica com a responsabilidade de cuidar dos pais	6	7	3	9
Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança)	9	7	11	6
Através de capitais agrícolas (animais, produtos etc.)	5	0	6	6
Através de estudo e dinheiro	20	14	28	15
Todos ganharão terra da propriedade do pai	14	21	19	6
Serão compradas outras áreas de terra	5	0	3	9
Será feito acerto no momento final de transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho(a)	21	36	6	30
O herdeiro da propriedade compensará os demais irmãos	20	15	25	18
Total	100	100	100	100
Número de respostas	83	14	36	33

Fonte: Pesquisa de Campo

E os outros? Quando os rapazes foram colocados diante desta pergunta, as duas respostas com maior incidência (tabela 20) enfatizam que “depende da situação de cada filho no momento da transmissão” (31%) e que a compensação se faz em “estudo e dinheiro” (23%). Infelizmente, o questionário não separou “estudo e dinheiro”; mas, esta resposta é um forte indicativo de que o estudo credencia o jovem ao exercício de uma ocupação urbana que torna dispensável o acesso à renda da propriedade para sua sobrevivência. Esta idéia é corroborada pela repartição social da resposta: “depende da situação de cada filho no momento da transmissão”. Quando o patrimônio fundiário e o valor do negócio é relativamente importante, sua transmissão dá lugar, quase sempre, à compensação dos herdeiros não-sucessores. Por isso apenas 21% dos capitalizados respondem nesta direção.

Já entre os descapitalizados, 44% vão neste sentido, admitindo que a herança depende da situação em que vai encontrar-se cada filho no momento da ausência dos pais. No caso dos descapitalizados, a unidade produtiva é uma fonte de sobrevivência precária e é possível que ela não seja sequer suficiente para a reprodução de uma família, quanto mais para compensar as dos filhos não-sucessores.

3.3. O momento da transferência: o fim do *padre padrone*

Pais e filhos não têm um ponto de vista comum a respeito do momento da transferência do controle da propriedade. Pouco mais de um quarto dos pais (mas metade dos filhos) não pensaram ainda no assunto, como pode ser visto nas tabelas 22e 23.

Tabela 22 - Questão dirigida aos pais: Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Quando os pais tiverem uma renda garantida	11	10	8	14
Quando o sucessor estiver preparado	23	18	30	19
Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade	38	45	38	37
Não pensaram ainda	28	27	24	30
Total	100	100	100	100
Número de respostas	100	19	38	43

Fonte: Pesquisa de Campo

Mas é interessante observar na tabela 23 que três quartos dos filhos vivendo em unidades capitaliza-



das já têm uma opinião a respeito, confirmando o interesse dos jovens deste segmento pela continuidade na profissão paterna. Nas unidades produtivas dos agricultores capitalizados parece existir maior espaço de diálogo dos jovens com os pais. É bem verdade que nestas propriedades existe uma participação no trabalho mais constante dos jovens, determinada pela natureza das atividades, constituídas principalmente pela produção de suínos, aves e leite. Para o funcionamento deste conjunto de atividades é preciso, em geral, a contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família. Por isso, é que qualquer investimento mais importante, como um aviário, por exemplo, tem que passar por um acordo com os filhos que serão decisivos no trabalho e na gestão da propriedade.

Tabela 23 - Questão dirigida aos rapazes: Em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Quando os pais tiverem uma renda garantida	8	5	8	10
Quando o sucessor estiver preparado	20	33	21	12
Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade	25	38	18	26
Não pensaram ainda	47	24	53	52
Total	100	100	100	100
Número de respostas	102	21	38	43

Fonte: Pesquisa de Campo

Entre os que já pensaram no momento da sucessão, a ênfase dos pais (e sobretudo daqueles que vi-

vem em propriedades de maior renda) está em sua própria capacidade de trabalho: 38% do total e 45% dos pais de unidades capitalizadas dizem que passarão o domínio da propriedade para o sucessor quando não puderem mais trabalhar (tabela 22). Entre os rapazes, as opiniões se dividem entre o acento no trabalho paterno e a ênfase em sua própria capacidade profissional (tabela 23).

Demonstrando que não existe uma discussão prévia e organizada das questões que envolvem o processo sucessório, nas tabelas 23 e 24 pode-se verificar que para 47% dos rapazes entrevistados e 53% das moças, ainda não foi discutido qual o melhor momento para fazer a transferência do controle da propriedade para o sucessor. Na pesquisa de campo ficou nítido, contudo, que a transferência do controle da propriedade, não ocorre exatamente a partir da retirada dos pais por ocasião da aposentadoria ou da preparação do sucessor. A passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade, se dá em um processo de transição em que os pais gradativamente vão passando as tarefas de gestão da propriedade, como a abertura de conta bancária própria ou conjunta, bloco de produtor, responsabilidades de gerir os negócios até a passagem completa do gerenciamento da propriedade.

O caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional centrado no poder quase absoluto do pai está definitivamente desaparecendo, dando lugar a um ambiente de maior participação de todos os membros da família, sobretudo dos rapazes, criando portanto



um maior espaço de discussão em torno das questões relacionadas à gestão da propriedade e também daquelas que envolvem os processos sucessórios.

Tabela 24 - Questão dirigida às moças: Em que momento deve ser feita a transferência do controle da propriedade (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Quando os pais tiverem uma renda garantida	0	0	0	0
Quando o sucessor estiver preparado	28	29	35	20
Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade	19	18	18	22
Não pensaram ainda	53	53	47	58
Total	100	100	100	100
Número de respostas	94	17	40	37

Fonte: Pesquisa de Campo

Alguns dados da pesquisa apontam para a construção deste ambiente familiar mais democratizado. Pelas informações dos filhos (tabela 25), 49% (chegando a 62% entre os capitalizados) responderam que o pai “aceita quase sempre” as idéias que são sugeridas, enquanto que 34% disseram que o pai “discute em família e aceita algumas propostas”. Apenas 7% dos rapazes entrevistados, nenhum deles dentre os capitalizados, “não costumam fazer propostas novas para os pais”.

Tabela 25 - Questão dirigida aos rapazes: Diante de uma nova idéia que você faça para a organização da propriedade, qual a reação dos seus pais (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não aceitam nem discutir	2	0	5	0
Rejeitam quase sempre	8	5	9	9
Aceitam quase sempre	49	62	51	43
Não costuma fazer propostas novas	7	0	7	10
Discutem em família e aceitam algumas propostas	34	33	28	38
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Pesquisa de Campo

O comportamento das moças, que mostra na verdade sua não -participação, é diferente do observado entre os rapazes: 28% delas (porém 42% das vivendo em famílias mais pobres) responderam que “não costumam fazer propostas para os pais” que impliquem algum tipo de mudança na propriedade (tabela 26). Os dados mostram claramente o afastamento das moças das decisões da propriedade, sobretudo aquelas dos segmentos mais pobres. A sua não - participação nas

Tabela 26 - Questão dirigida às moças: Diante de uma nova idéia que você faça para a organização da propriedade, qual a reação dos seus pais (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não aceitam nem discutir	3	0	7	0
Rejeitam quase sempre	8	0	14	5
Aceitam quase sempre	24	35	24	20
Não costuma fazer propostas novas	28	24	15	42
Discutem em família e aceitam algumas propostas	37	41	40	33
Total	100	100	100	100
Número de respostas	104	17	42	45

Fonte: Pesquisa de Campo



discussões sobre o futuro da propriedade demonstra a pouca atração, que, em geral, as moças têm pelo trabalho na agricultura. Este comportamento é resultante de, pelo menos, duas razões (sem levar em conta seu maior preparo educacional para enfrentar o mercado de trabalho urbano): ausência de espaço de participação na propriedade e o desinteresse das moças pela agropecuária em função da penosidade do trabalho associada a esta atividade. Talvez esta última razão explique a preferência de algumas moças entrevistadas casar com rapazes de fora do meio rural.

A democratização das decisões sobre o destino da propriedade aparece também nas respostas à questão sobre quem toma as decisões importantes na unidade produtiva. Sobre esta questão, embora os dados não estejam expressos em tabelas, as respostas dos pais, filhos e filhas são coincidentes: 50% dos pais, (67% capitalizados e, apenas, 37% entre os descapitalizados) e 51% dos rapazes e das moças responderam que as decisões importantes sobre os rumos da propriedade são tomadas *"pelo conjunto da família"*. Disseram que é *"o pai quem toma a decisão depois de conversar com toda a família"* 35% dos pais, 22% dos rapazes e 18% das moças. Outro fato que indica a maior participação dos jovens está em sua concordância a respeito das mudanças e dos investimentos realizados nas propriedades nos últimos anos. Embora em 24% das unidades produtivas descapitalizadas não tenha sido feito nenhum tipo de investimento, naquelas que o fizeram, havia o acordo de 68% dos rapazes

e 67% das moças. O fato de concordar com os investimentos realizados significa que houve pelo menos um certo grau de participação nas discussões que orientaram as mudanças (tabela 27 e 28).

Tabela 27 - Questão dirigida aos rapazes: Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não houve investimentos	11	0	2	24
Está de acordo com eles	68	90	72	54
Concorda em parte	15	10	14	20
Não concorda	1	0	2	0
Não participou das decisões	4	0	10	0
O jovem decidiu	1	0	0	2
Total	100	100	100	100
Número de respostas	109	21	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 28 - Questão dirigida às moças: Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não houve investimentos	7	17	2	7
Está de acordo com eles	67	72	67	66
Concorda em parte	12	11	17	9
Não concorda	2	0	2	2
Não participou das decisões	12	0	12	16
Total	100	100	100	100
Número de respostas	104	18	42	44

Fonte: Pesquisa de Campo

Ainda com relação à democratização dos espaços de decisão, a pesquisa se preocupou em levantar a evolução histórica da participação dos jovens nas decisões sobre o destino das propriedades. Embora aqui também esteja presente o viés masculino dos proces-



Em sucessórios, está havendo maior incorporação dos jovens nos espaços de decisão da família, sobretudo dos rapazes, e nas discussões sobre as questões ligadas ao gerenciamento da propriedade. Embora em apenas 6% delas, (10% entre as propriedades capitalizadas) o filho já seja responsável pela propriedade, 68% dos rapazes (85% entre os capitalizados) e 46% das moças (61% entre os capitalizados) responderam que está aumentando sua participação nas decisões da propriedade nos últimos anos. Estes dados ajudam a confirmar a hipótese de que nas propriedades dos agricultores capitalizados, os jovens vêm conquistando maior espaço de participação (tabelas 29 e 30). Ao mesmo tempo mostram que os jovens adquirem uma experiência de gestão (e não só trabalho comandado) preciosa para a organização de seu futuro profissional.

Tabela 29 - Nível de participação dos rapazes nas decisões da propriedade (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Está diminuindo	1	0	0	2
Continua igual	19	5	14	30
Está aumentando	68	85	72	57
É responsável pela propriedade	6	10	9	2
Não participa das decisões	6	0	5	9
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 30 - Nível de participação das moças nas decisões da propriedade (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Está diminuindo	3	0	0	7
Continua igual	34	28	29	42
Está aumentando	46	61	55	31
É responsável pela propriedade	1	0	2	0
Não participa das decisões	16	11	14	20
Total	100	100	100	100
Número de respostas	105	18	42	45

Fonte: Pesquisa de Campo

A maior perspectiva de permanência destes jovens na propriedade paterna, a intensificação dos sistema de produção (maior número de atividades econômicas formadoras de renda) e uma certa divisão do trabalho pode estar fazendo com que os pais sejam obrigados a criar este espaço de participação para os filhos sob pena de colocarem em risco, em função da saída do jovem, a própria continuidade da unidade de produção. Por outro lado, com relação à não-participação nas decisões da propriedade, apenas 6% dos rapazes (nenhum entre os capitalizados), e 16% das moças, das quais 20% entre os descapitalizados disseram que não participam de nenhum tipo de decisão que é tomada no interior da unidade de produção. Esta não-participação das moças vem reafirmar mais uma vez o seu afastamento das atividades agrícolas e do meio rural.

Apesar disso deve ser ressaltado que ainda em 42% das propriedades "*o pai controla todas as atividades e todos trabalham em todas as atividades*", e em outras 18% das propriedades (33% entre os capitalizados) "*o pai controla to-*



das as atividades e o trabalho é dividido" (tabela 31). Prevalence, portanto, ainda sob o controle do pai os aspectos ligados à gestão do estabelecimento. Estes dados indicam também que nas propriedades capitalizadas em razão das atividades desenvolvidas com maior presença de criações (suínos e aves), começa a surgir uma certa divisão do trabalho entre os membros da família.

Tabela 31 - Questão dirigida aos pais: Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na unidade familiar (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
O pai controla e todos trabalham em todas as atividades	42	24	47	45
Todos participam do gerenciamento e do trabalho	30	24	33	29
O pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido	18	33	13	16
Cada filho gerencia uma atividade e trabalha em todas	1	0	2	0
Cada filho gerencia e trabalha em uma atividade	2	5	2	0
Outras respostas	8	14	2	10
Total	100	100	100	100
Número de respostas	115	21	45	49

Fonte: Pesquisa de Campo

A obtenção independente de dinheiro para suprir as necessidades próprias por parte dos jovens é muito rara. As tabelas 32 e 33 mostram que 82% das moças e 66% dos rapazes não desenvolvem qualquer atividade na propriedade de cunho individual com o objetivo de obter seu próprio dinheiro. Este comportamento deriva menos da concentração dos recursos nas mãos paternas que de um contexto de ausência de oportunidades de trabalho tanto agrícola como não-agrícola fora da propriedade. Contudo, entre os agricultores descapitalizados adquire certa importância a venda de mão-de-obra: 29% dos rapazes e 10% das

moças desenvolvem atividades agrícolas fora da propriedade, em situação de assalariamento permanente ou de venda temporária de mão-de-obra. Comparando-se os dados das tabelas 32 e 33, verifica-se que o assalariamento das moças acontece em atividades não-agrícolas, ao contrário dos rapazes. Esta situação pode ser explicada por, pelo menos, duas razões: o seu maior nível educacional e o próprio afastamento das atividades agrícolas, conforme já assinalado acima.

Tabela 32 - Questão dirigida às moças: Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Faz plantio ou criação na propriedade	1	0	0	2
Trabalho agrícola fora da propriedade	5	5	3	10
Trabalho não-agrícola fora da propriedade	12	6	17	12
Não desenvolve atividade individual	82	89	80	76
Total	100	100	100	100
Número de respostas	103	18	41	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 33 - Questão dirigida aos rapazes: Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Faz plantio ou criação na propriedade	9	14	5	11
Trabalho agrícola fora da propriedade	17	14	7	29
Trabalho não-agrícola fora da propriedade	7	10	0	13
Não desenvolve atividade individual	66	62	88	47
Total	100	100	100	100
Número de respostas	109	21	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo



A ausência de perspectivas na unidade familiar de produção, pode significar também o início do afastamento da atividade agrícola. Essa hipótese da maior proximidade da condição de assalariado dos jovens descapitalizados fica comprovada na resposta à questão: *"como você obtém dinheiro para o seu lazer"* ? 13% dos rapazes (27% dos quais vivendo em unidades mais pobres) responderam "trabalhando fora da propriedade". O desenvolvimento de atividades próprias no interior da propriedade, para obtenção de renda individual, só é realizado por 9% dos rapazes e apenas uma moça.

O dinheiro para utilização própria destina-se na sua maior parte, para atividades de lazer e aquisição de bens de uso pessoal (71% dos rapazes e 64% das moças, segundo as tabelas 34 e 35). Apenas quatro rapazes, todos do segmento dos capitalizados, responderam que estão obtendo recursos para capitalização da unidade de produção do pai ou para obtenção de sua propriedade no futuro. Com relação a investimento em

Tabela 34 - Questão dirigida aos rapazes: Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro	14	50	0	4
Para seu lazer	22	13	0	28
Para comprar bens de uso pessoal	49	25	100	48
Para estudar	5	12	0	4
Outras respostas	10	0	0	16
Total	100	100	100	100
Número de respostas	37	08	04	25

Fonte: Pesquisa de Campo

sua formação profissional – principalmente educação formal – existe uma diferença significativa e importante no comportamento dos jovens. Enquanto apenas 5% dos rapazes (12% entre os capitalizados) disseram que “*buscam recursos próprios para aplicar no estudo*”, 20% das moças deram esta resposta.

Tabela 35 - Questão dirigida às moças: Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro (%)

Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro	8	33	11	0
Para seu lazer	16	0	22	15
Para comprar bens de uso pessoal	48	34	33	62
Para estudar	20	0	34	15
Outras respostas	8	33	0	8
Total	100	100	100	100
Número de respostas	25	03	04	13

Fonte: Pesquisa de Campo

A verdade é que a organização econômica da unidade de produção familiar está centrada em torno de uma conta bancária única, normalmente administrada pelo pai. Nesta forma de funcionamento, onde não há divisão da renda entre os membros da família. Para obter dinheiro próprio, os jovens precisam pedir para os pais ou então os pais tomam a iniciativa de dar dinheiro a seu critério. Em, aproximadamente, um terço das propriedades entrevistadas acontecem as duas formas simultaneamente: o pai toma a iniciativa de oferecer dinheiro aos filhos, mas muitas vezes os filhos também precisam pedir.

As percepções levantadas na pesquisa de campo indicam que esta questão está mais ligada à disponi-



bilidade de recursos na propriedade - que é baixa, mesmo entre os capitalizados - do que propriamente a um controle mais rigoroso dos recursos por parte dos pais. Este é mais um indicativo da democratização das decisões no interior das unidades de produção por nós investigadas. Mesmo assim, 28% dos rapazes e 35% das moças precisam pedir dinheiro aos pais.

3.4. O viés de gênero nos processos sucessórios

As moças têm as mesmas chances sucessórias que os rapazes; esta é a resposta de 62% dos pais entrevistados (85% entre os capitalizados) conforme pode ser observado na tabela 36. Aqui aparece um contraste significativo entre a opinião dos pais e a das próprias moças a este respeito: apenas 46% delas dizem ter as mesmas chances que os rapazes e 38% (mas apenas 17% entre os capitalizados) responderam que “não serão sucessoras”. Deve-se considerar contudo, que o percentual de moças que dizem ter a mesma chance que os rapazes na sucessão da propriedade, pode estar refletindo muito mais seu sentimento de que deveria haver igualdade na partilha dos bens, uma vez que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, do que uma possibilidade concreta de realização. Nesse sentido, Paulilo (2000) observou que o alijamento das mulheres por ocasião da partilha da propriedade é uma questão muito delicada. Tudo que se consegue, diz a autora, é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. É nítida a preferência familiar masculina na escolha do

sucessor. Isto é o que pode ser observado pelas respostas das moças na tabela 37. Conforme já assinalado, na pesquisa de campo não foi encontrado nenhum caso onde a moça tenha sido escolhida sucessora ou então dirigisse, de fato, a propriedade paterna.

Tabela 36 - Opinião dos pais quanto à possibilidade das filhas serem as sucessoras (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Quando existe terra para todos os filhos	14	8	7	23
Têm as mesmas chances que os homens	62	85	67	49
Nenhuma filha será sucessora	13	0	12	19
Depende do relacionamento do genro com o sogro e sogra	7	7	7	7
Prefere as filhas	1	0	2	0
Prefere os filhos	3	0	5	2
Total	100	100	100	100
Número de respostas	99	13	43	43

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 37 - Opinião das moças quanto à possibilidade delas serem sucessoras (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não será sucessora	38	17	37	47
Quando existe terra para todos	10	11	12	10
Têm as mesmas chances que os homens	46	6	44	41
Quando há conflito entre os pais e os filhos	2	5	3	0
Depende do relacionamento do genro com os pais	2	0	2	2
Há preferência pelas filhas	2	0	2	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	108	20	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Existe uma completa distância não apenas das tarefas que envolvem a responsabilidade nas tomadas de decisão quanto ao destino da propriedade, mas



também um afastamento das atividades de trabalho ligadas à atividade agrícola. Lembramos aqui, que 60% das moças responderam que concentram suas atividades "nos trabalhos domésticos e só esporadicamente na lavoura e criações" (tabela 38)

Tabela 38 - Atribuições das moças na propriedade (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Só as atividades domésticas	18	17	16	20
Domésticas e esporadicamente na lavoura/criações	42	39	35	51
Doméstica e lavoura/criações	40	44	49	29
Total	100	100	100	100
Número de respostas	106	18	43	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Um dos indicadores que mostra a diferença de participação dos jovens na propriedade está relacionado à obtenção de crédito agrícola. Com relação a esta questão, 85% das moças nunca sugeriram fazer um empréstimo para a propriedade. Fizeram financiamento em seu nome apenas 5% das moças entrevistadas, a maioria de propriedades capitalizadas. Com relação aos rapazes, 39% deles já sugeriram fazer um financiamento, sendo que 20% deles (32% entre os capitalizados) já fizeram um financiamento em seu nome.

Outro indicativo do desinteresse das moças pela gestão da propriedade, e que pode estar relacionado ao seu alijamento da sucessão, é a resposta relacionada à pergunta "onde aplicaria primeiro os recursos disponíveis". Enquanto 49% dos rapazes disseram que aplicariam primeiro na agricultura, 51% das moças dis-

seram que aplicariam no “estudo e na poupança”, caracterizando que o investimento no ensino formal é visto como uma alternativa para sair da agricultura (tabelas 39 e 40).

Tabela 39 - Questão dirigida aos rapazes: Se você tivesse recursos disponíveis onde aplicaria primeiro (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Na agricultura	49	48	62	38
Bens urbanos	8	5	7	11
Comprar terra	12	10	10	16
Poupança	5	5	2	7
Uso pessoal	3	0	0	7
Estudo	12	19	10	11
Outra atividade na propriedade	6	9	4	4
Outra atividade fora da agricultura	5	4	5	6
Total	100	100	100	100
Número de respostas	108	21	42	45

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 40 - Questão dirigida às moças: Se você tivesse recursos disponíveis onde aplicaria primeiro (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Na agricultura	24	24	29	20
Bens urbanos	5	6	2	7
Comprar terra	8	12	5	9
Poupança	12	6	7	20
Uso pessoal	8	6	7	9
Estudo	39	40	45	33
Outra atividade na propriedade	1	0	0	2
Outra atividade fora da agricultura	3	6	5	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	103	17	42	44

Fonte: Pesquisa de Campo



Para os jovens agricultores do oeste de Santa Catarina, a possibilidade mais concreta de ascender à profissão de agricultor é herdando a propriedade paterna: 27% dos rapazes e 24% das moças responderam nesta direção (tabelas 41 e 42). Preocupa contudo o fato de que, desconsiderando essa possibilidade - e na ausência de um programa adequado para a instalação de jovens agricultores, onde esteja incluída a compra da terra - 41% dos rapazes e 44% das moças (60% entre as descapitalizadas) responderam que “não há condição de se viabilizar na agricultura”. A coincidência das respostas entre rapazes e moças, num contexto de ausência de atividades não-agrícolas, reflete claramente a falta de oportunidades para os jovens que desejam permanecer no meio rural desenvolvendo a profissão de agricultor.

Tabela 41 - Questão dirigida aos rapazes: Fora de um programa adequado para instalação de jovens agricultores você acha que há condições de se viabilizar na agricultura (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não há condições de se viabilizar na agricultura	41	38	49	35
Através de mudança de atividades	6	0	11	4
Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia	2	5	2	0
Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia	6	0	5	10
Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor	13	10	5	22
Desenvolvendo outras atividades além da agricultura	5	9	0	7
Herdando a propriedade do pai	27	38	28	22
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 42 - Questão dirigida às moças: Fora de um programa adequado para instalação de jovens agricultores você acha que há condições de se viabilizar na agricultura (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Não há condições de se viabilizar na agricultura	44	31	31	60
Através de mudança de atividades	5	0	8	5
Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia	6	13	5	5
Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia	6	6	10	2
Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor	7	6	5	9
Desenvolvendo outras atividades além da agricultura	8	19	8	5
Herdando a propriedade do pai	24	25	33	14
Total	100	100	100	100
Número de respostas	98	16	39	43

Fonte: Pesquisa de Campo

3.5. O interesse pela terra

O acesso à propriedade da terra é visto pelos agricultores do oeste catarinense como o único caminho para construir uma trajetória ascendente na profissão agropecuária. O horizonte para chegar à condição de proprietário via arrendamento não é considerado, entre as possibilidades existentes, como uma alternativa concreta e também não faz parte da história da agricultura familiar na região. Pode ser que este comportamento explique o alto interesse dos pais e também dos jovens em adquirir terra por meio de financiamentos junto ao Programa Banco da Terra. Muitas são as dificuldades de inserção no mercado de um agricultor não-proprietário; entre eles está o acesso ao crédito e às demais políticas de apoio existentes. Além disso, existe também um certo constrangimento de origem cultural que coloca a família de agricultores não-proprietários em posição social inferior dentro da comunidade. Assim é que, ao serem perguntados se teriam



interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar um filho como agricultor, 77% dos pais responderam positivamente. Quando colocadas diante das condições proposta pelo Banco da Terra, esta proporção caiu, mas, ainda assim, 58% dos entrevistados dizem que tomariam o empréstimo (tabelas 43 e 44).

Tabela 43 - Questão dirigida aos pais: Vocês teriam interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar seus filhos na agricultura (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Sim	77	70	78	80
Não	18	25	18	14
Os(as) filhos(as) não querem permanecer na agricultura	5	5	4	6
Total	100	100	100	100
Número de respostas	114	20	45	49

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 44 - Questão dirigida aos pais: Vocês teriam interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Tomaria o empréstimo	58	61	58	57
Não tomaria o empréstimo	29	28	29	31
Não tem condições de avaliar	13	11	13	12
Total	100	100	100	100
Número de respostas	112	18	45	49

Fonte: Pesquisa de Campo

O desejo de acesso à terra, embora não de uma maneira tão forte como no caso dos pais aparece também entre os filhos: 32% dos jovens disseram que têm interesse em fazer um financiamento para adquirir uma

propriedade e instalar-se como agricultor. Entre os rapazes, 45% disseram que tomariam um empréstimo nas condições do Banco da Terra. Quase um terço recusa esta possibilidade e um quarto afirma não saber avaliar (tabela 45). É interessante que não há grande disparidade entre as categorias sociais nesta resposta. Uma vez que se explicou ao entrevistado quais são as condições do Banco da Terra, pode-se dizer que quase metade dos rapazes da região se disporia a adquirir uma propriedade nestas condições.

Tabela 45 - Questão dirigida aos rapazes: Você tem interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)

Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Tomaria o empréstimo	45	48	41	47
Não tomaria o empréstimo	30	33	31	29
Não tem condições de avaliar	25	19	28	24
Total	100	100	100	100
Número de respostas	105	21	39	45

Fonte: Pesquisa de Campo

No caso das moças apenas 21% delas (13% pertencentes a propriedades descapitalizadas) responderam que têm interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalarem-se como agricultoras. Demonstrando mais uma vez o desinteresse pela atividade agrícola, 41% delas responderam que não têm interesse neste tipo de investimento (tabela 46). Diante da pergunta se tomariam ou não financiamento pelo Banco da Terra, apenas 23% responderam que tomariam (28% entre as das famílias capi-



talizados); 34% não tomariam o empréstimo e 43% disseram que não têm condições de avaliar (tabela 47).

Tabela 46 - Questão dirigida às filhas: Você tem interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar-se como agricultora (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Sim	21	25	27	13
Não	41	44	40	41
Depende das condições	38	31	33	46
Total	100	100	100	100
Número de respostas	97	16	40	41

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 47 - Questão dirigida às filhas: Você tem interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Banco da Terra (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Tomaria o empréstimo	23	28	22	24
Não tomaria o empréstimo	34	17	35	38
Não tem condições de avaliar	43	55	43	39
Total	100	100	100	100
Número de respostas	95	18	37	40

Fonte: Pesquisa de Campo

Embora a maioria dos agricultores entrevistados ainda não tenha decidido quem vai ficar com a propriedade e o que farão os demais irmãos não-sucessores, a necessidade de terra, como fator importante na complementação do processo sucessório, apareceu também em outros momentos da pesquisa de campo. Em apenas 14% das famílias entrevistadas (5% descapitalizadas, 23% em transição e 18% capitalizados), mais de um sucessor ficará com a terra que será

dividida e é suficiente. Esta resposta indica que pelo tipo de atividades que desenvolvem, principalmente entre os capitalizados, ainda existe uma pequena possibilidade de subdivisão da propriedade. Entre as propriedades descapitalizadas esta possibilidade não existe mais. “Mais de um sucessor ficará com a terra que será dividida mas não é suficiente” foi a resposta dada por 35% dos pais entrevistados (39% descapitalizadas, 32% em transição e 27% capitalizados). A necessidade de terra aparece ainda em 14% das propriedades (nenhum entre os capitalizados, 12% em transição e 20% descapitalizadas), que responderam “que só ficará um sucessor e os outros precisarão de terra”. Além disso, deve-se ressaltar que em 8% das propriedades só existe um sucessor, mas a terra não é suficiente (tabela 48).

Tabela 48 - Questão dirigida aos pais: Em relação à terra para os(as) filhos(as) (%)

Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Ficará mais de um sucessor e a terra é suficiente	14	18	23	5
Ficará mais de um sucessor e a terra não é suficiente	35	27	32	39
Só existe um sucessor e a terra é suficiente	12	46	12	2
Só existe um sucessor mas a terra não é suficiente	8	9	9	7
Só ficará um sucessor e os outros precisarão de terra	14	0	12	20
Só ficará um sucessor e os outros não querem terra	6	0	3	10
Nenhum filho quer ficar na propriedade	11	0	9	17
Total	100	100	100	100
Número de respostas	90	11	36	43

Fonte: Pesquisa de Campo

A necessidade de terra aparece também nas respostas dos jovens. Sobre este tema os jovens responderam à questão relacionada à quantidade e à qualidade da terra. “A quantidade de terra a ser herdada é suficiente e



boa”, foi a resposta dada por 21% dos rapazes. Apenas 7% dos descapitalizados; 23% das moças, apenas 10% descapitalizadas, também deram esta resposta. “A quantidade de terra é insuficiente e predominantemente de má qualidade foi a resposta dada por 24% dos rapazes (39% descapitalizados e apenas 5% entre os capitalizados). É interessante observar que as respostas das moças vão na mesma direção das dos rapazes: 25% delas deram a mesma resposta (38% descapitalizadas, 19% em transição e apenas 6% capitalizadas). Mesmo considerando a terra de boa qualidade, porém insuficiente, foi a resposta dada por 32% dos rapazes (52% entre os capitalizados) e 24% das moças (tabelas 49 e 50).

Tabela 49 - Opinião dos filhos sobre a quantidade e a qualidade da terra (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
A quantidade da terra a ser herdada é suficiente e boa	21	24	33	7
A quantidade é suficiente mas de má qualidade	20	10	14	31
A quantidade é insuficiente e de má qualidade	24	5	20	39
A quantidade de terra é insuficiente mas de boa qualidade	32	52	31	23
Não tem condições de avaliar	3	9	2	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	107	21	42	44

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 50 - Opinião das filhas sobre a quantidade e a qualidade da terra (%)

Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
A quantidade da terra a ser herdada é suficiente e boa	23	25	36	10
A quantidade é suficiente mas de má qualidade	8	6	10	7
A quantidade é insuficiente e de má qualidade	25	6	19	38
A quantidade de terra é insuficiente mas de boa qualidade	24	13	21	31
Não tem condições de avaliar	20	50	14	14
Total	100	100	100	100
Número de respostas	100	16	42	42

Fonte: Pesquisa de Campo

3.6. Sucessão e renda não-agrícola

O trabalho de campo mostra a precariedade das fontes não-agrícolas de geração de renda no interior dos estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina. Os jovens não mencionam atividades não-agrícolas com base no estabelecimento, nem sequer a possibilidade de que a unidade familiar se torne um local de residência para um eventual futuro emprego urbano.

Existem basicamente três fontes de renda vindas de fora do estabelecimento, em ordem de importância: aposentadoria, o envio de dinheiro por parte de filhos que deixaram a propriedade familiar e o trabalho assalariado na própria agricultura (que se faz fora do estabelecimento, mas não fora da agricultura, bem entendido). Rendas provenientes de fontes exteriores ao estabelecimento agropecuário são tanto mais importantes quanto maior a pobreza das famílias. E estas rendas – ao menos tomando-se por base o universo do oeste de Santa Catarina – distanciam-se nitidamente do que se poderia conside-



rar como “novo rural”. Tanto é assim, que nos estabelecimentos mais prósperos a renda não-agrícola tem participação bem reduzida. As rendas não-agrícolas e as possibilidades de trabalho fora do estabelecimento estão associadas muito mais à precariedade de condições de vida, que a novas alternativas de geração de riquezas para as famílias. Discutindo as ocupações rurais não-agrícolas, Dirven (2000), as denomina de “ocupações refúgio” e “ocupações dinâmicas”. Aquelas são ocupações com baixas barreiras à entrada (capital humano e físico), baixa produtividade e baixa renda, enquanto estas respondem a uma demanda dinâmica e geram rendas maiores que o rendimento médio das atividades agrícolas, porém possuem altas barreiras à entrada (capital humano e físico). Ao fazer esta divisão, a autora também aponta que as “ocupações refúgio” estão mais relacionadas com os agricultores pobres, enquanto as “ocupações dinâmicas” estão mais ao alcance dos agricultores ricos. As rendas não-agrícolas e as oportunidades de trabalho fora do estabelecimento no oeste de Santa Catarina, parecem estar associadas ao que Dirven (2000) denomina de “ocupações refúgio”. Sob a perspectiva da distribuição mais equânime das oportunidades de renda e da criação de possibilidades concretas para que os jovens (homens e mulheres) possam construir seu futuro profissional no meio rural o desafio que se coloca é superar o que Reardon *et alii* (1998) chamaram de “paradoxo” das ocupações rurais não-agrícolas. No nível micro, os autores consideram que são os estabelecimentos mais pobres os que mais necessitam de fontes de renda adicionais àquelas que são

geradas pela agricultura; porém, são justamente estes que enfrentam as maiores limitações de capital humano e capital produtivo e dificuldades para oferecer como garantia na obtenção de crédito. Geralmente são também estes estabelecimentos que se encontram mais distantes dos centros consumidores. Por outro lado, como colocam os autores, são os estabelecimentos mais ricos os que têm menos necessidades, porém maiores possibilidades de ganhos com as rendas não-agrícolas.

Observando a origem da renda agrícola das propriedades, 21% dos agricultores responderam que ela advém somente da agricultura, 10% responderam que resulta exclusivamente da pecuária e 64% dos agricultores declararam ter renda da agricultura e da pecuária. Somente 5% dos agricultores declararam ter parte da renda formada pela venda de produtos frescos ou transformação da produção. Estes dados, bem como a origem da renda agrícola nos diferentes segmentos sociais, podem ser observados na tabela 51.

Tabela 51 - Origem da renda agrícola das propriedades (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Somente da agricultura	21	9	14	36
Somente da pecuária	10	5	13	9
Da agricultura e da pecuária	64	86	69	49
Transformação da produção e produtos frescos	5	0	4	6
Total	100	100	100	100
Número de respostas	113	21	45	47

Fonte: Pesquisa de Campo



Com relação à composição da renda total das unidades de produção pesquisadas, identificou-se que 50% delas não possuem nenhum tipo de renda originada fora da atividade agropecuária. Em relação à renda não-agrícola, embora os dados não estejam expressos em tabelas, as que têm maior relevância são a aposentadoria presente em 35 propriedades (30% do universo pesquisado). O trabalho assalariado temporário na agricultura ocorre em 20 propriedades (17% do universo pesquisado), porém em 33% das propriedades descapitalizadas. O assalariamento ou trabalho autônomo de uma pessoa da família apareceu em 16 propriedades (14% do universo pesquisado). A renda proporcionada pelo dinheiro enviado pelos filhos que saíram da propriedade, ocorre em 11 estabelecimentos (10% do universo pesquisado). Destaca-se, ainda, que muitas propriedades possuem mais de uma fonte de renda não-agrícola. É importante salientar que 22% das propriedades – todas pertencentes ao segmento em transição e descapitalizados – têm renda proveniente da aposentadoria e também recebem recursos dos filhos que estão fora. Por ocasião da pesquisa de campo, em conversa com os membros destas famílias, constatamos que a renda da aposentadoria e os recursos financeiros enviados pelos filhos são fundamentais à manutenção familiar, bem como para realizar pequenos investimentos na propriedade, como por exemplo, a compra de uma vaca, a construção ou ampliação de pequenas instalações e até a aquisição de equipamentos.

De um total de 35 agricultores que responderam receber aposentadoria (tabela 52) 18 deles declararam que esta receita representa menos que 25% da renda da propriedade (todos do segmento capitalizado), 10 agricultores disseram que representa entre 25% a 50% e 5 responderam que representa mais de 50% da renda da propriedade.

Tabela 52 - Questão dirigida aos pais: Qual a participação da aposentadoria rural na renda total da propriedade (%)				
Respostas	Total	Capita- lizados	Transi- ção	Descapi- talizados
Menos de 25%	56	100	50	50
Entre 25% e 50%	29	0	30	35
Entre 50% e 75%	12	0	20	10
Mais de 75%	3	0	0	5
Total	100	100	100	100
Número de respostas	35	04	11	20

Fonte: Pesquisa de Campo

A unidade produtiva tampouco tem sido um local de residência para quem exerce atividades urbanas. Em 78% das famílias entrevistadas (tabela 53) não havia pessoas trabalhando fora e morando na propriedade. Embora não fosse o foco da investigação proposta neste trabalho, verifica-se que na maioria dos municípios da pesquisa são raras as oportunidades de trabalho não-agrícola no meio rural e, quando existem, são de natureza precária. Em apenas um dos municípios identificou-se, no meio rural, a presença de uma usina de reciclagem de lixo que gerava 35 pos-



tos de trabalho aos agricultores da vizinhança. Mesmo sendo um trabalho pouco qualificado, a renda que ele proporciona – apesar de baixa – viabiliza a permanência daquelas famílias no meio rural. Em outro município, um frigorífico de aves contrata jovens agricultores que vivem em suas comunidades para trabalhar na linha de abate. Diariamente um ônibus percorre as estradas do interior transportando os “colonos operários” que vão dedicar parte do seu tempo ao trabalho assalariado proporcionado por esta agroindústria. Mas são casos suficientemente raros e que quase não apareceram nas respostas dos entrevistados.

Tabela 53 - Questão dirigida aos pais: Quantas pessoas moram na propriedade e trabalham fora (%)				
Respostas	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Nenhuma	78	75	80	77
Uma	14	13	14	14
Duas	5	6	3	7
Três	2	6	0	2
Quatro ou mais	1	0	3	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	94	16	35	43

Fonte: Pesquisa de Campo

Isso não significa, evidentemente, que as atividades não-agrícolas sejam supérfluas ou pouco importantes. Elas, certamente, são decisivas para o desenvolvimento rural. O fato é que, até aqui, elas não parecem fazer parte da experiência regional do oeste de Santa Catarina, ao menos no que se refere às populações que vivem no interior dos estabelecimentos agropecuários.

Em suma, o processo sucessório na agricultura familiar, não é objeto de planejamento sistemático por parte da família, nem recebe qualquer tipo de atenção ou subsídio vindo de instituições públicas ou representativas. Este quadro é coerente com a falta de preparo educacional dos filhos que vão assumir a propriedade. A remuneração dos filhos não-herdeiros não parece ser um obstáculo importante no processo sucessório; no caso de famílias descapitalizadas e em transição, a compensação dos filhos não herdeiros diretos é decidida em função da capacidade de pagamento da unidade produtiva. Já nos casos das famílias mais abastadas, pode existir até remuneração em dinheiro. A maneira como foram estratificados os agricultores entrevistados mostrou-se coerente: os capitalizados não só têm maior propensão a permanecer na atividade paterna, como já se preparam de maneira mais intensiva para tanto. Apesar da existência de diálogo em vários aspectos que concernem o destino da propriedade, é muito precária a autonomia dos jovens no interior da família: poucos têm recursos, iniciativas próprias e até uma conta bancária. No caso das



moças, a esta falta de autonomia acrescenta-se a completa ausência de horizonte de assumir responsabilidades na gestão do estabelecimento. As respostas com relação ao Banco da Terra mostram bem o potencial que pode ter uma política fundiária ativa numa região que não se caracteriza pela presença massiva do latifúndio. As atividades não-agrícolas no meio rural, até aqui, não parecem despertar de maneira significativa os interesses dos jovens agricultores.

A dinamização do meio rural passa pela incorporação do grande número de jovens que demonstraram o desejo de construir sua vida profissional no campo. Trata-se de um conjunto de capacidades que não pode ser desprezado quando se busca atuar na perspectiva do desenvolvimento local. Por isso, é necessário que organizações voltadas ao desenvolvimento rural percebam que este não é necessariamente sinônimo de agrícola e orientem suas ações, seu pessoal técnico, seus instrumentos de desenvolvimento, investimento em infra-estrutura e capacitação, para este mundo rural e heterogêneo que necessita de uma visão multidisciplinar em sintonia com a realidade e as potencialidades locais. Também é necessário fazer esforços no sentido de eliminar as imperfeições de mercado – especialmente preponderantes no meio rural – e buscar uma situação de igualdade de condições entre as zonas rurais e urbanas, numa realidade que Dirven (2000) denomina de "*a level play field*", ou seja, um equilíbrio entre ambas as áreas.

Conclusões

Os atuais padrões sucessórios não vão conseguir atender à demanda por terra dos jovens que vivem nas unidades familiares do oeste catarinense e que desejam permanecer no meio rural. Portanto, é necessário o estabelecimento de políticas fundiárias que conciliem a demanda dos jovens por terra com a oferta das propriedades que não terão sucessores.

Começa a existir no interior das famílias maior democratização das decisões, ampliando o espaço de participação dos jovens. Entretanto, esta maior participação nas decisões da propriedade não vem acompanhada de novas possibilidades de realização profissional oferecidas no âmbito das políticas de apoio. Existe um enorme e crescente isolamento social dos jovens que vivem nas comunidades rurais. Verificou-se preocupante ausência das organizações representati-

vas e de apoio, sobretudo no segmento dos agricultores em transição e descapitalizados.

As oportunidades de renda para os jovens agricultores do oeste catarinense são compostas, fundamentalmente, pela produção de *commodities*, como suínos, aves, leite, milho e feijão, que nas condições estruturais da maioria das propriedades, não proporcionam rentabilidade atraente. Constatou-se a baixa presença de ocupações e de rendas não-agrícolas no meio rural. As alternativas existentes representam muito mais uma situação de precariedade econômica do que de ascensão social.

Existe um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, mesmo no caso daqueles que vivem em unidades com rendimento econômico precário; porém, há uma visão bastante negativa das moças a respeito desta alternativa profissional.

Os jovens que permanecem no meio rural, e que provavelmente serão os sucessores, possuem um baixo nível de escolaridade que dificulta o desempenho da atividade agrícola e principalmente a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural. O nível de escolaridade atual compromete o próprio exercício de cidadania, na medida que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor por meio do “bloco do produtor”.

O elevado desejo de acesso à terra, por parte dos rapazes, contrasta com a magnitude do êxodo rural, sobre-



tudo da população jovem, e conduz a vazios demográficos que destróem o capital social existente, comprometendo a continuidade da agricultura familiar e a construção de projetos de desenvolvimento regional.

A população vivendo hoje no meio rural do oeste de Santa Catarina (aí incluindo também suas pequenas aglomerações urbanas) é suficientemente importante para que um conjunto ativo de políticas possa despertar o interesse dos jovens em sua valorização. O mais importante é a reunião de um conjunto variado de esforços no sentido não só de facilitar o acesso à terra, ao crédito e aos mercados, mas a mudança do ambiente educacional existente no campo e que não é capaz de valorizar o conhecimento e por aí despertar o real interesse dos jovens. Existe, no oeste de Santa Catarina, um conjunto variado de organizações estatais e não-estatais preocupadas com o desenvolvimento regional. É das ações que decidirem desde já com relação aos jovens que depende o futuro desta que até hoje tem sido uma das mais importantes áreas de afirmação da agricultura familiar no país.

Proposição de Políticas

As políticas orientadas a melhorar a inserção produtiva e a articulação com o mercado dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina devem cuidar para que as ações em matéria de tecnologia, crédito e comercialização sejam dirigidas prioritariamente aos segmentos jovens (homens e mulheres) das famílias dos agricultores mais pobres.

Considerando que o atual padrão sucessório vigente na agricultura familiar do oeste catarinense é uma ameaça a sua continuidade, é preciso desenvolver mecanismos de ajuda para fazer a transferência da propriedade (incluindo a transferência formal da terra e o controle da propriedade) para os filhos que desejam construir seu futuro profissional no meio rural. Estudar as experiências de outros países, sobretudo aqueles pertencentes à União Européia, e que já desenvolvem ações neste sentido pode ser o ponto de partida

para a construção de uma proposta adequada a nossa realidade. As proposições que seguem não poderiam ter caráter exaustivo. Na verdade, os movimentos sociais brasileiros têm incluído de maneira pouco sistemática a reflexão sobre juventude em suas pautas. Portanto, as reivindicações, as políticas e os instrumentos para sua conquista serão desenhados e postos em execução aos poucos. Trata-se aqui apenas de modesta contribuição neste sentido.

a) Reordenamento fundiário

O acesso à terra é condição necessária para que os jovens possam seguir na profissão agropecuária, uma vez que o arrendamento não é considerado por eles como opção. Ao mesmo tempo em que se constata uma forte demanda por terra – traduzida pelo alto interesse pelo Banco da Terra (ver acima, item 3.5) e pelo número elevado de jovens que desejam ser agricultores e não serão sucessores ou que possuem terra em quantidade insuficiente – há um grande número de propriedades que não terão sucessor ou que serão vendidas. O grande desafio está em construir políticas de acesso à terra que permitam transferir estas propriedades para aqueles jovens que desejam continuar na profissão de agricultor. As políticas agrárias atualmente existentes mostram claramente seus limites. Tanto o programa de assentamentos quanto o Banco da Terra, em sua concepção atual, não são suficientes para fazer com que as propriedades



sem sucessores, passem para as mãos daqueles jovens que não possuem terra e que desejam prosseguir exercendo a profissão de agricultor.

É necessário conceber políticas específicas de reordenamento fundiário, que permitam a transferência de propriedades sem sucessores para jovens agricultores, garantindo que estes estabelecimentos permaneçam nas mãos da agricultura familiar.

b) Educação e formação profissional

O baixo nível de instrução, tanto formal quanto informal, demonstra a necessidade da urgente implementação de programas de capacitação dos jovens agricultores. Estes programas não devem se restringir apenas à capacitação para o trabalho, mas também para o exercício da cidadania. Propostas de instrução dos jovens agricultores devem se preocupar tanto com o ensino formal quanto com programas de profissionalização. Deve ser dada especial ênfase, neste tipo de formação, a que os jovens tenham acesso aos meios eletrônicos que possam permitir a ampliação de seu círculo social e de seus conhecimentos. Mais importante que a abertura de novas escolas é que se altere o ambiente institucional que preside a relação entre os habitantes rurais e o mundo do conhecimento. O desafio de aproveitar os trunfos que o meio rural representa para a sociedade contemporânea supõe que o acesso à informação e a valorização do conhecimento tornem-se prioridades de primeira grandeza.

A base inicial de um projeto de educação articulado entre governo federal (por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Educação), governos estaduais e municipais é que todos os jovens residentes no meio rural possam completar o segundo grau sem, para isso, ter que abandonar a residência dos pais. Mas o desafio maior está em que o façam em condições de qualidade que lhes permitam tanto capacidade de gestão para o trabalho em uma propriedade familiar, como a possibilidade de enfrentar os desafios da inserção fora da profissão agrícola. Transformar este objetivo num grande desafio regional (e, por que não, nacional) é a premissa mais importante para a mudança na visão da sociedade a respeito do destino do meio rural.

A pesquisa constatou um impressionante atraso educacional, entre os jovens que pararam de estudar e que são os mais prováveis sucessores. A geração de agricultores que está tomando conta dos negócios hoje tem um nível educacional muito aquém dos desafios que vai encontrar pela frente. A própria introdução da informática na agricultura fica seriamente comprometida, nem tanto pela precariedade dos meios materiais de que dispõe a maior parte dos agricultores, mas sobretudo pela escassez de recursos culturais para lidar com novas tecnologias. Assim, ao mesmo tempo em que se faz necessária a garantia do acesso ao ensino formal por parte daqueles jovens em idade escolar, é necessária a construção de programas para aqueles jovens que pararam de estudar antes de concluir o segundo grau.



Muitos jovens são levados a abandonar os estudos; outros (sobretudo as moças) deixam o meio rural para continuar estudando. Portanto, é necessário que seja garantido o transporte escolar a todos os estudantes, pelo menos até o segundo grau; responsabilidade esta, que deve ser partilhada entre prefeituras municipais e Estado. Além disso, é fundamental que as escolas familiares rurais possam receber incentivos significativos, já que representam um caminho que associa a formação dos mais jovens à mudança da atitude dos próprios pais diante do trabalho e uma abertura potencial em direção à inovação.

A criação de um programa de bolsas de estudo, evitando que os pais interrompam a formação dos filhos devido às necessidades de mão-de-obra na propriedade, pode desempenhar um papel importante para a agricultura familiar. Além de garantir o acesso à educação aos filhos de agricultores, este programa pode tornar-se uma importante forma de transferência de renda para o meio rural. É fundamental que as experiências de bolsa-escola (tão bem sucedidas no meio urbano), possam beneficiar as áreas rurais mais precárias do país.

É fundamental que se criem mecanismos que permitam aos filhos de agricultores – sobretudo aqueles com desempenho econômico mais precário – o acesso aos cursos técnicos de nível médio voltados para a agricultura e ao meio rural. Além disso, deve-se estimular e fortalecer aquelas iniciativas de formação de jovens agricultores existentes na região, como a expe-

riência das Casas Familiares Rurais e o Programa Terra Solidária que, gerido diretamente por organizações não governamentais e coordenado pela Central Única dos Trabalhadores vem permitindo associar a formação técnica e profissional à difusão de uma consciência voltada explicitamente à valorização do meio rural.

c) Capacitação profissional

Existe hoje um conjunto considerável de organizações e programas voltados à formação profissional dos agricultores. O desafio não está em localizar um ou outro programa ainda não existente, mas em criar a sinergia que transmita à população rural (sobretudo aos jovens) os sinais necessários para que possam de maneira verossímil construir seus projetos de vida no meio rural. O essencial para isso é que se forme uma verdadeira rede composta pelos mais diferentes tipos de atores, das organizações locais, à Epagri, passando pelos sindicatos, pelas escolas e pelas ONG e pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e que associem a capacitação profissional à valorização do território, da cultura e dos conhecimentos da população. Os técnicos da Epagri, os estudantes universitários, os colégios agrícolas podem associar-se num movimento de descoberta de potenciais produtivos ainda não explorados na região. O importante é que a formação estritamente técnica esteja sempre associada a uma prática de valorização das capacidades produtivas e associativas da agricultura familiar.



É importante ressaltar, que juntamente com este tipo de programa de capacitação profissional, devem ser criadas linhas de crédito específicas para a instalação de jovens agricultores que contemplem a viabilização do projeto econômico da nova unidade. Em resumo, que isto resulte em uma política permanente para a criação e a formação de uma nova geração de agricultores.

Convém insistir, porém, na urgência de que o aprendizado e o uso da informática possam fazer parte do universo de formação destes jovens. Se hoje o acesso até à Internet pode parecer distante, o avanço das tecnológicas de comunicação vai fazer com que em poucos anos, o meio rural possa dispor destas tecnologias de maneira bastante massiva. O acesso às novas tecnologias da informação é tão fundamental para a cidadania dos jovens agricultores quanto o acesso à educação, ao crédito e aos mercados. Sem a informatização das regiões de agricultura familiar, é totalmente ilusório imaginar uma política de desenvolvimento rural capaz de despertar o entusiasmo dos jovens.

d) Programa de moradia no meio rural

Embora a pesquisa não tenha formulado questões para analisar as condições de moradia dos agricultores, por ocasião da aplicação dos questionários constatou-se que este problema é um dos componentes importantes que pesa nas decisões de permanência dos jovens no meio rural em função

da precariedade em que vivem as famílias dos agricultores, sobretudo os descapitalizados.

Em função da necessidade urgente de melhorar as condições de moradia, propõe-se a criação de um programa nacional de habitação para o meio rural, que poderia fazer parte do mesmo escopo do Pronaf ("Pronaf moradia") e deve ficar sob responsabilidade executiva da Caixa Econômica Federal. A seleção dos beneficiários deste programa deve passar, obrigatoriamente, pelo conselho municipal de desenvolvimento rural.

O custo necessário para construir ou reformar essas casas é baixo frente ao impacto na melhoria da qualidade de vida que ele proporcionará. Durante a pesquisa de campo observou-se que alguns agricultores conseguiram construir suas casas com bom nível de conforto com custos entre R\$ 3.000,00 a 10.000,00. A organização deste programa deve ser concebida prevendo a utilização da mão-de-obra e de materiais existentes nas comunidades rurais, podendo servir também como oportunidade de capacitação de agricultores em atividades não agrícolas, como pedreiros, carpinteiros, eletricitas e pintores. O programa deve ser flexível prevendo várias formas de pagamento, tais como: programa de renda mínima articulado a um projeto de reflorestamento (para pagamento futuro em madeira) ou pagamento em dinheiro.

e) Criação de novas oportunidades de rendas

A produção de *commodities* ainda é a principal alter-



nativa de renda e ocupa um papel fundamental na economia regional. Contudo, apenas a produção primária não cria os postos de trabalho necessários para atender o desejo de permanência dos jovens no meio rural. Além disso, somente a atividade agrícola não gera renda atrativa para satisfazer as expectativas dos jovens, principalmente das moças que buscam atividades menos penosas que o trabalho na agricultura. As políticas públicas devem ter a preocupação de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar e ao mesmo tempo criar um ambiente propício para o surgimento de atividades não-agrícolas e de verticalização da produção no meio rural.

A criação de agroindústrias de pequeno porte apresenta-se como uma importante alternativa de geração de postos de trabalho e renda. Embora estas experiências estejam ainda distante do horizonte da maioria dos agricultores da região, iniciativas inovadoras estão sendo desenvolvidas. Estas iniciativas vão na direção da criação de pequenas agroindústrias familiares grupais comandadas pelos próprios agricultores.

Uma das experiências de maior importância desenvolvidas na região foi a construção do *Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense- "Pronaf Agroindústria"* elaborado em parceria entre Epagri, prefeituras municipais e ONGs e concebido de acordo com os princípios estabelecidos pela então Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – SDR/MA.

Este projeto partiu do que já havia acumulado na região em termos de competências técnicas, estruturas organizacionais e institucionais.

Esta experiência pode constituir-se de base para a construção de um projeto mais abrangente, capaz de contemplar, principalmente, os grupos de agricultores em transição e descapitalizados. Para tanto, se faz necessária a superação dos problemas que estão bloqueando a consolidação desta proposta, como as dificuldades de acesso ao crédito, legislação restritiva à construção de pequenas indústrias e apoio institucional adequado.



Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (2000) O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada* v. IV, n. 2,;pg. 379-397 abr/jun
- ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu, FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson, Marcos. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições Unesco, 1998, 101 p. 2ª ed.
- ANJOS, Flávio Sacco dos A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora Universitária, 1995. 169 p.
- BERNHOEFT, Renato (1999) Empresa familiar: sucessão profissional ou sobrevivência comprometida. São Paulo: Ed. Nobel

- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural Brasileiro: Uma análise nacional e regional. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2000.
- CAMPOS, Índio. Os colonos do Rio Uruguai. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987, 370p. (Dissertação de mestrado).
- CAVALCANTI, Hylda (2000) – “Economia informal cria mais empregos no País” – *Gazeta Mercantil* – 19/10/00 – p. A-5.
- CHAYANOV, Alexander (1925/1986) – *Peasant Farm Organization – One of the Works of the Agricultural Economics Scientific Research Institute* – The University of Wisconsin Press – Editado por THORNER D., KERBLAY B. e SMITH, R. E. F. – Wisconsin
- CHAMPAGNE, Patrick (1986) – “Élargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne” – *Cahiers d’Économie et sociologie rurales*”, dezembro, nº 3:73-89
- DIRVEN, Martine. Empleo rural, grupos etarios e género. In: ORNAS, Ocupações rurais não-agrícolas. Oficina de atualização temática. Londrina: Iapar, 2000. pg. 55-65.
- DIRVEN, Martine. La contribución de lo rural al desarrollo y el potencial de la juventud. In. Foro electrónico IICA. “Consulta interamericana sobre juventudes rurales: Jóvenes em la nueva ruralidad”. 2000. (CD ROM)
- DURSTON, John, org. (1996) – *Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina* – Cepal – Santiago, Chile



- EPAGRI/ICEPA. Censos Municipais. Concórdia: Epagri, 1999. (mimeo).
- GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew (1993) - *The farm family business* - Wallingford, Cab International – Londres.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp, 1999. 153p. (Coleção Pesquisa, 1).
- FARINELLI, Bernard (2001) – “Le repeuplement des communes rurales – Nécessité publique et désir individuel” – *Le Courier de l’Environnement de l’INRA* – Fevereiro, nº 42:15-27
- IBGE. Censo agropecuário 1995/1996 – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE. Censo demográfico 2000 – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2001.
- MATTEI, Lauro (1998) – “A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense” – *Idéias e ações* – Cepagro – Florianópolis, SC.
- PAULILO, Maria Igenes Silveira. Movimento de mulheres agricultores: terra e matrimônio. Cadernos de Pesquisa. Florianópolis: UFSC. N. 21, Jun. 2000, Pg. 1-17.
- REARDON, Thomas; CRUZ, Maria Helena; BERDEGUÉ, Júlio. Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradoja y desafios. In: Tercer Simposio Latinamericano sobre investigación y extensión em sistemas agropecuarios. Lima, 1998.

- SEN, Amartya (2000) – Desenvolvimento como liberdade – Companhia das Letras – São Paulo.
- SILVESTRO, M. L. Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense. Rio de Janeiro:UFRJ, 1995. 349p. (Dissertação de mestrado).
- TAYLOR, Janet E.; NORRIS, Joan E HOWARD, Wayne H. (1998) – “Succession Patterns of Farmer and Successor in Canadian Farm Families” – *Rural Sociology* vol. 63, nº1: 553-573
- WEBER Max. (1905/1999) – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*- Pioneira, São Paulo 13ª edição
- WOORTMAN, E. F. Herdeiros parentes e compadres. Brasília: Hucitec/UnB, 1994. 336p.
- ZAMAGNI, Stefano (1984/1987) – *Microeconomic Theory – An Introduction* – Basil Blackwell - Oxford

